AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

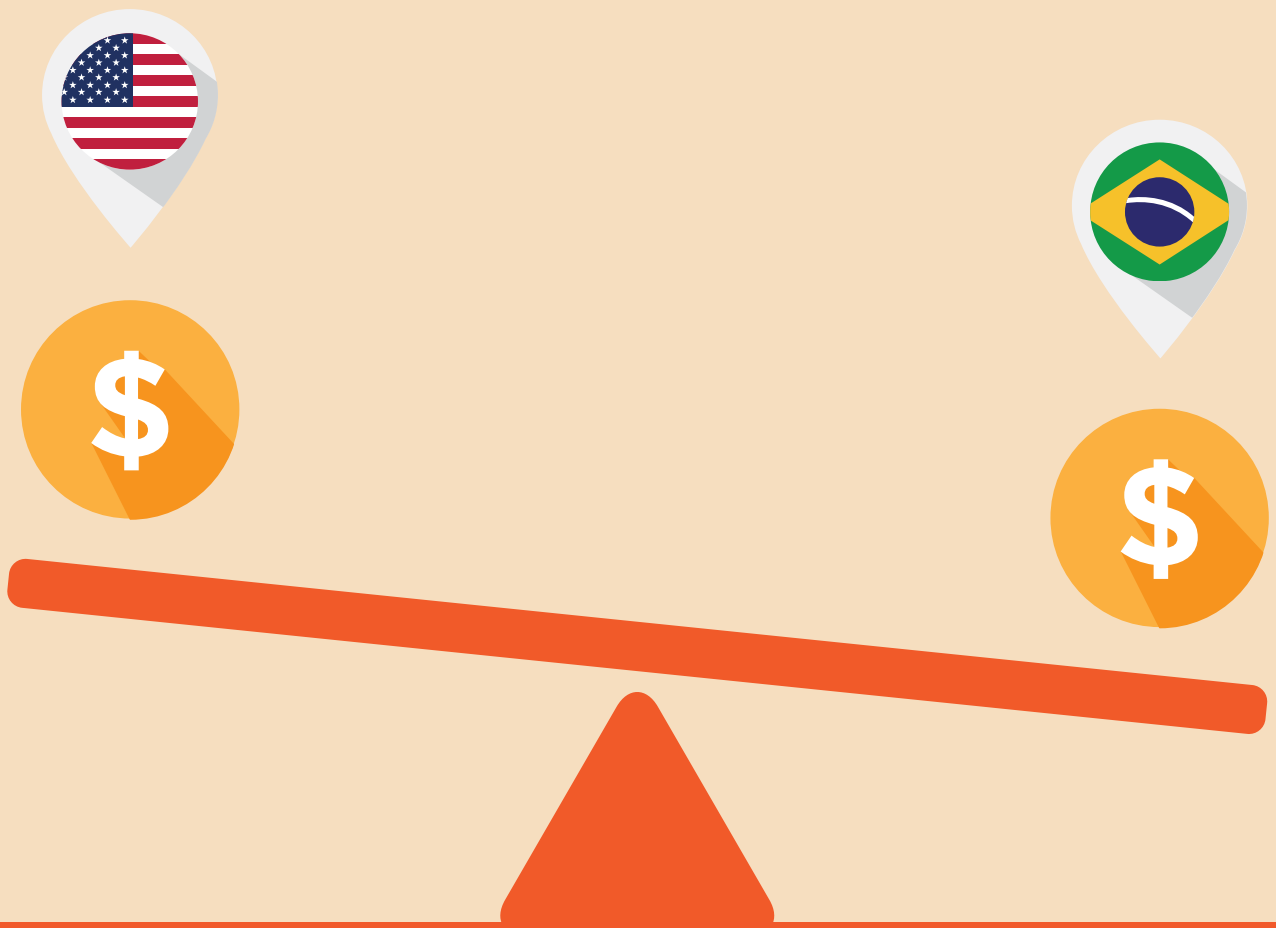
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 03 | MARÇO 2017 | R$ 15,00

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

PARA ONDE VAI O DÓLAR?

QUEDA RECENTE É CONJUNTURAL!



BALANÇO DA RENTABILIDADE EM 2016

SINAL VERMELHO PARA O LEITE

SOJA E MILHO TÊM MELHOR RESULTADO

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Tarcísio Godoy (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto

Suplentes: José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PARA ONDE VAI O DÓLAR?

OS PRIMEIROS sinais de 2017 se mostram promissores. Continuam as tendências de queda da inflação e mercado financeiro mais animado. Do lado da economia real, no momento, apenas o setor agropecuário – em toda a sua cadeia – já está sentindo alguma reação. Para os demais setores, a reação será mais lenta e desigual. O emprego deverá voltar somente no segundo semestre.

Deve-se dar atenção à valorização do real, pois ela é conjuntural. Talvez, alguns produtos comercializados em dólar possam ser estocados, aguardando o melhor momento para a venda.

A perspectiva de que a apreciação do real não é estrutural fica clara ao se observar a evolução das projeções para a taxa de câmbio da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil. Por mais que a moeda brasileira tenha apreciado nas últimas semanas, a projeção de um real mais desvalorizado sempre permanece. Em outras palavras, embora o valor da taxa de câmbio para o final do ano seja sempre revisado para baixo, a trajetória de desvalorização está sempre presente, sugerindo que o enfraquecimento do dólar talvez seja um fenômeno temporário.

O agronegócio deverá contribuir mais positivamente com o Produto Interno Bruto (PIB) nacional neste ano. Os resultados das feiras e das exposições deste primeiro semestre prometem faturamento superior ao do ano passado. A produção na safra 2015/16, de 186,1 milhões de toneladas, teve quebras devido a uma forte estiagem. Somente em soja e milho, as perdas somaram em torno de R$ 16 bilhões. Para a safra 2016/17, a colheita será maior, de 215,3 milhões de toneladas. Há preocupações em relação às exportações, em função de uma valorização do real frente ao dólar.

Como em todo início de ano, comparamos as rentabilidades médias das atividades agropecuárias com as de outras opções de investimento de capital. As atividades agropecuárias com o melhor resultado foram a soja e o milho, atrás do Ibovespa, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e da poupança. O arrendamento de cana também apareceu em boa posição, lembrando que, neste caso, o proprietário da terra não assume riscos – apesar de muitas usinas apresentarem alto nível de endividamento. Em posição oposta, entre as produções analisadas, o pior resultado foi obtido com a produção de leite de baixo emprego de tecnologia. Ainda que tenha apresentado resultado negativo, foi melhor do que o ouro e o dólar.

Na área de Comunicação, tem-se o desafio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na divulgação do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). O número de alimentos analisados ainda é limitado, diante da dimensão do País e da variedade da dieta brasileira. Como em outros países, no Brasil, a maior parte das irregularidades está relacionada ao uso de pesticida em cultura não registrada. A presença de resíduos de pesticidas em um alimento não significa necessariamente risco para a saúde. A sociedade precisa estar mais bem informada para não ficar à mercê de especulações. Ninguém deve deixar de comer frutas e verduras por estas terem sido tratadas com pesticidas no campo, pois os benefícios do

consumo destes alimentos são muito maiores do que os potenciais riscos relacionados à presença de resíduos de pesticidas.

Estudo da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Sistema Farsul) construiu projeções de produção e consumo de um grupo de produções agropecuárias para o período entre 2016 e 2026. Espera-se que os resultados permitam a elaboração de políticas públicas em três frentes: (i) nortear as escolhas dos acordos comerciais, com a utilização de critérios objetivos para mapear seu potencial; (ii) conferir se a política agrícola está calibrada para os cenários futuros; e (iii) avaliar se a infraestrutura está adequada para os níveis de produção atuais e futuros.

Na seção Abre Aspas, entrevistamos o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT), empossado no mês passado como presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A pauta de trabalho é densa e envolve a implantação de uma nova legislação nas leis ambientais e trabalhista rural, bem como a finalização da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A esse rol cabe, ainda, ser incluída a Lei de Proteção de Cultivares e a solicitação antiga de desoneração fiscal dos insumos agropecuários.

Por fim, o Conteúdo Especial da Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) apresenta como tema a "Aposta na tecnologia e na produtividade". A entidade comemora o vigésimo aniversário e realiza o 10º Simpósio Nacional da Indústria de Suplementos Minerais neste ano. Nos últimos anos, o rebanho bovino brasileiro tem mostrado uma estabilidade no seu tamanho e as áreas de pastagens têm diminuído. Como a saída está montada na estratégia dos ganhos de produtividade, a suplementação mineral dos animais é uma prática indispensável, apesar de ocorrer em apenas um terço do rebanho. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
NILSON LEITÃO
PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA)

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
SINAIS DE RETOMADA?

14 AGRODROPS

19 MERCADO & NEGÓCIOS

19 CAPA TAXA DE CÂMBIO
AFINAL, PARA ONDE VAI O DÓLAR?

23 CAPA AGROPECUÁRIA
BALANÇO DA RENTABILIDADE EM 2016

27 AGROENERGIA
RECONHECENDO OS BIOCOMBUSTÍVEIS

29 CONTEÚDO ESPECIAL

29 ASBRAM
APOSTA NA TECNOLOGIA E NA PRODUTIVIDADE

34 FARSUL
NOVAS ESTRATÉGIAS, NOVOS POSICIONAMENTOS

43 FAESP
NOVOS VENTOS NA AGROPECUÁRIA

44 ANDEF
MONITORAMENTO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
DIVERSIFICAR AS EXPORTAÇÕES

47 PRODUZIR
AGRO BRASILEIRO PARA GANHAR O MUNDO

48 OPINIÃO
FACILITAR A VIDA DO PRODUTOR

49 REFLEXÃO
ESSE FILME JÁ PASSOU

50 ESTATÍSTICA

REFORMAS PARA DAR SEGURANÇA A QUEM PRODUZ

NILSON LEITÃO

PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA)

DA REDAÇÃO

Novo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) por um ano – já que o regimento interno, que previa mandatos de dois anos, mudou –, o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT) destacou-se como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que investiga irregularidades na demarcação de terras indígenas e na reforma agrária.

A sua pauta na FPA envolve a implantação de uma nova legislação nas leis ambientais e dos trabalhadores rurais, bem como a finalização da CPI da Funai e do Incra. Quanto à Lei de Proteção de Cultivares, "estamos em estágio final, e a desoneração fiscal dos insumos agropecuários também é um pleito antigo a dar andamento", declara Leitão. "Sabemos da responsabilidade da FPA perante os assuntos em que o agronegócio está envolvido no País", completa.



AGROANALYSIS: A FPA CONSOLIDA-SE COMO UMA BANCADA DE FORÇA POLÍTICA, MAS COM CONTEÚDO?

NILSON LEITÃO: Não temos a menor dúvida quanto a isso. Em diferentes momentos, a nossa bancada demonstrou essa força política própria. Com conteúdo, sim. Sempre acolhemos com atenção as bandeiras que nos são apresentadas pelas entidades representativas do setor produtivo rural. Somos orientados por seus pleitos e demandas, para podermos defendê-los tanto no âmbito do poder Legislativo, quanto no Executivo e no Judiciário. Percebemos essa força política pelo comportamento da nossa bancada no acolhimento das demandas do setor de maneira coesa. Essa sinergia, sem dúvida, leva-nos a lograr muitos êxitos.

O AGRONEGÓCIO GOZA DE UMA INFLUÊNCIA À ALTURA DA SUA REPRESENTATIVIDADE NO PAÍS?

NL: Podemos afirmar claramente e fazemos esta afirmação sem hesitação. Já imaginou se o setor mais exitoso da economia não gozasse de influência à altura de sua representatividade? Podemos citar alguns exemplos para mostrar a nossa fala: já recebemos o presidente Michel Temer duas vezes, como também recebemos a visita do ministro Padilha, do ministro Moreira Franco, do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e do secretário da Previdência, Marcelo Caetano. Muitas outras autoridades vieram até a nossa sede para debater temas de interesse do setor produtivo rural. Somos cerca de 240 parlamentares, entre deputados e senadores. Todos defendem a agropecuária brasileira. Porém, os desafios pela frente existem. É conveniente lembrar a importância de as nossas leis acompanharem os avanços e a evolução do setor. Foram elaboradas há muitos anos, quando éramos importadores de alimentos. Hoje, somos um participante ativo no mercado internacional.

> “(...) O SENTIMENTO É DE EMPENHO DOS PRODUTORES RURAIS NA INCLUSÃO DOS DADOS DE SUAS PROPRIEDADES NESTE SISTEMA [O CAR].”

PELAS ESTATÍSTICAS REGISTRADAS NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CRA), O DESLANCHE DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA) GANHA FORÇA?

NL: Pelo levantamento a nós apresentado, o sentimento é de empenho dos produtores rurais na inclusão dos dados de suas propriedades neste sistema. Há uma consciência forte dessa necessidade. A nossa orientação é de que os produtores não deixem de se cadastrar. Um registro significativo é o de quase 4 milhões de imóveis já estão cadastrados na base de dados deste sistema. Isso corresponde a uma área de 401 milhões de hectares. O CAR é obrigatório e se insere no contexto do Código Florestal brasileiro, que tanto nos empenhamos em aprovar tempos atrás.

HÁ COMO ACELERAR A MOROSIDADE DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL?

NL: Todos os membros da FPA trabalham diuturnamente para reverter essa situação e acabar com esta morosidade. Estamos negociando com o Ministério do Ambiente, o Ministério da Agricultura e a Casa Civil alguns ajustes nessa legislação. O clima é de otimismo em chegarmos a um acordo sobre o assunto. Temos um bom texto elaborado pelo deputado gaúcho Mauro Pereira. Contamos com a ajuda da Casa Civil da Presidência da República para chegarmos a um consenso. A modernização da legislação ambiental resultará em muitas obras, empreendimentos e atividades geradores de postos de trabalho e desenvolvimento econômico e social por esse Brasil adentro. Nosso desejo é desburocratizar, otimizar e destravar os processos de licenciamento ambiental.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PONTOS A SEREM INSERIDOS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA O CAMPO?

NL: Estamos também debruçados e preocupados sobre esse tema. É conveniente a compreensão da necessidade de o trabalhador no campo merecer um tratamento diferenciado em relação ao urbano.

Como se sabe, a atividade agropecuária possui um calendário próprio de atividade. Chova ou faça sol, com lua ou sem lua, lá está o trabalhador rural a plantar, colher e ordenhar. Dia ou noite, lá está ele na labuta. Na maioria das vezes, o trabalho é sazonal, com picos no plantio e na colheita. Como podemos perceber, é, na verdade, uma atividade bem diferente das da cidade. Portanto, merece tratamento diferente. O governo Michel Temer possui uma proposta para promover a reforma na legislação trabalhista. Nós, da base, evidentemente apoiaremos, mas teremos sugestões a fazer em relação ao trabalho no campo. Eu mesmo apresentei o Projeto de Lei nº 6.442/16, sobre trabalho rural, ora em tramitação.

COMO EQUACIONAR O PAGAMENTO DE PATENTES PELOS PRODUTORES COM O USO DE SEMENTES?

NL: Assunto em nosso foco, elaboramos uma legislação específica sobre a Lei de Proteção de Cultivares, da qual fui o relator. Existe uma comissão especial na Câmara, presidida pelo deputado paranaense Evandro Roman, na condução zelosa e competente desse tema. De forma particular, defendemos a necessidade de alteração da lei atual. Pelo fato da não remuneração pelo trabalho de melhoramento genético, corremos o risco de comprometer o futuro da pesquisa no setor. A ideia é favorecer a qualidade na produção agropecuária, o aumento da produtividade e a valorização e o incentivo da pesquisa.

TEMOS PROBLEMAS SÉRIOS COM RELAÇÃO À DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS?

NL: Temos problemas muito sérios nesta área. Por isso, desengavetamos a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215/00, em tramitação no Congresso Nacional, quando presidimos a sessão que aprovou, por unanimidade (22 a 0), o seu relatório. Esta PEC propõe atribuir entre as competências da Câmara e do Senado Federal a aprovação de demarcações das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas. A ideia é estabelecer os critérios e os procedimentos das demarcações, sem deixá-los ao bel prazer dos antropólogos da Funai, cujos pareceres não observam o texto constitucional. Discordamos deste procedimento. Sentimo-nos no dever de criar uma CPI, da qual sou relator, para apurar ações de Organizações Não Governamentais (ONGs) que se aproveitam dos índios e dos quilombolas. Como pretendemos quebrar o sigilo bancário, algumas delas andam muito agitadas.

> “PELO FATO DA NÃO REMUNERAÇÃO PELO TRABALHO DE MELHORAMENTO GENÉTICO, CORREMOS O RISCO DE COMPROMETER O FUTURO DA PESQUISA NO SETOR.”

É POSSÍVEL ALINHAR A DIVISÃO EXISTENTE ENTRE LIBERAR E RESTRINGIR A AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS?

NL: Esse tema está na ordem do dia. Mas, desde já, adiantamos a nossa afirmação a favor dos investimentos estrangeiros em terras brasileiras. Sobre isso, falta, em nosso entender, uma melhor explicação. Em primeiro lugar, o termo correto deveria ser: “venda de terras a empresas brasileiras com maioria de capital estrangeiro”.

Aqueles que se apresentam em posição contrária precisam entender que o estrangeiro não chegará

e comprará uma porção de terra para colocá-la em contêineres e levá-la até a Europa, a Ásia, outros cantos da América etc. Não é isso. Os investimentos trazidos para adquirir áreas gerarão empregos, renda e arrecadação de impostos. Teremos mais produção para abastecer o mercado interno e gerar divisas para as exportações. Isso é bom para o Brasil. Apoiamos a aprovação dessa lei. Qual é a dúvida?

É POSSÍVEL PRIORIZAR ESSA EXTENSA PAUTA DE TRABALHO?

NL: É possível, sim. Falamos, aqui, sobre alguns temas dessa extensa pauta. Algumas perguntas formuladas fazem parte da nossa agenda de trabalho. Temos o desafio de implantar grandes reformas: da previdência, da legislação trabalhista, da demarcação de terras indígenas e do licenciamento ambiental. Debatemos, no Congresso Nacional, uma política de seguro rural e a legislação mais moderna para registro dos agroquímicos e dos recursos genéticos. Buscamos, a todo custo, melhorar a desejável segurança jurídica para quem produz. É importante dizer, ainda, que essa pauta não é estanque. Ela flui e se renova a cada momento. ■



“(...) O TERMO CORRETO DEVERIA SER: ‘VENDA DE TERRAS A EMPRESAS BRASILEIRAS COM MAIORIA DE CAPITAL ESTRANGEIRO’.”

FRASES & COMENTÁRIOS



FPAGROPECUARIA.ORG.BR

Quando nós, no governo, dizemos que o Brasil tem rumo, a primeira direção para a qual olhamos é, exatamente, a da agricultura, o agronegócio.”

MICHEL TEMER, presidente do Brasil

“O Brasil precisa ser bom para todos. Para a minoria e a maioria. Para o pequeno e o grande.”

NILSON LEITÃO, deputado federal (PSDB-MT) e atual presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

“Foi uma honra presidir a FPA. Quanto mais tempo pudéssemos, ficaríamos. Mas, há grandes baluartes para desempenhar esse papel.”

MARCOS MONTES, deputado federal (PSD-MG) e ex-presidente da FPA, na solenidade de posse da nova Diretoria da instituição

Depoimentos durante a posse da nova Diretoria da FPA

“O desafio é achar meios de recuperar a capacidade produtora do solo. O futuro depende das boas práticas agrícolas.”

LEANDRO ZANCANARO, pesquisador da Fundação MT, sobre o aumento da área de planta de soja no Mato Grosso, que, segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), passou de 5,6 milhões de hectares, em 2008, para 9,4 milhões, em 2016; em 2025, pelo que indica o órgão, serão 14,8 milhões



REPRODUÇÃO

Devemos fortalecer as políticas sem subsídios e retirar as barreiras que distorcem o comércio internacional, para dar eficiência ao uso de recursos naturais e minimizar a pressão ambiental no Brasil e no mundo.”

BLAIRO MAGGI, ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), na 9ª Conferência de Ministros da Agricultura do Fórum Global para a Agricultura e a Alimentação (GFFA, na sigla em inglês), realizado na Alemanha

“Exportamos cerca de 30% da produção brasileira de carne bovina. Temos preocupação com a valorização da taxa de câmbio e o preço do petróleo, fonte de renda de países importadores importantes.”

LIÈGE NOGUEIRA, diretora executiva da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC)

“Os objetivos do Observatório são traçar um diagnóstico e propor ações para combater a violência que atinge o produtor rural e seus familiares nas propriedades rurais. Para a segurança de todos, os nomes dos produtores e das fazendas serão mantidos em sigilo.”

ANDRÉ SANCHES, secretário executivo do Instituto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (ICNA), no lançamento do Observatório da Criminalidade no Campo

SINAIS DE RETOMADA?

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A ECONOMIA brasileira atravessa uma das mais severas recessões da sua história, fruto do esgotamento do modelo econômico imposto pelo governo anterior, fundamentado nos estímulos excessivos ao crédito e na moeda forte combinados com exageros do lado fiscal. Esse modelo teve como resultados endividamento excessivo das famílias brasileiras, inflação elevada e profundo desajuste nas contas públicas.

A hecatombe econômica promovida pelo governo anterior não apenas lançou o País na recessão, como também eliminou qualquer possibilidade de ação do governo em termos de política econômica que pudesse evitar o aprofundamento da queda do Produto Interno Bruto (PIB).

Em situações recessivas como a atual, o papel do Governo é atuar no sentido de inverter o aprofundamento da queda da renda. Isso ocorre por meio de estímulos à demanda agregada via política fiscal ou política monetária. No caso da política fiscal, os limites a ações de estímulo à demanda agregada são impostos pelo profundo desajuste das contas públicas em que se encontra o País. Por conta disso, o Governo não tem como ampliar seus gastos ou cortar impostos neste momento, uma vez que a conjuntura exige o contrário.

Ao mesmo tempo, a inflação elevada limitou qualquer flexibilização da política monetária até o segundo semestre do ano passado. Isso significa que estímulos via redução da taxa de juros foram limitados ante a dinâmica da evolução dos preços. A trajetória de queda da inflação tem se mostrado consistente ao longo dos últimos meses, o que tem aberto espaço para o Banco Central (BC) cortar os juros nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). Logicamente, isso traz algum alívio para a economia brasileira, mas a dimensão do movimento é insuficiente para proporcionar uma retomada mais robusta da atividade econômica. Isso se deve ao fato de que, embora a inflação esteja em queda, o BC ainda luta para levar a inflação para o centro da meta, o que deve ocorrer ainda neste ano.

Isso significa que não restou muito a fazer neste momento em termos de política econômica para promover a retomada da atividade econômica. Por conta disso, o Governo passou a adotar medidas não convencionais, como a liberação do saldo das



contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A análise desse quadro sugere que a dinâmica da recessão brasileira está condicionada a um processo de ajuste que ocorre em diferentes instâncias na nossa economia. De um lado, as famílias brasileiras enfrentam um quadro de queda da renda e de aperto do orçamento, ante um cenário de endividamento. A combinação desses elementos sugere que a variável de ajuste ocorre do lado do consumo, que caiu ao longo dos últimos anos. Do lado das empresas, o acúmulo de estoques, aliado à capacidade ociosa e ao endividamento, sugere que há pouco espaço para novos investimentos produtivos. No caso do Governo, conforme apontado anteriormente, inexiste a possibilidade de promover estímulos à demanda ante a necessidade de ajuste das contas públicas.

Isso significa que o momento de retomada da atividade econômica no País depende, essencialmente, do encerramento desse processo de ajuste. Claramente, a variável-chave nesse processo reside nas famílias, uma vez que elas representam cerca de dois terços da demanda agregada do País. Em outras palavras, a recuperação da atividade econômica brasileira dependerá, fundamentalmente, do equacionamento do orçamento das famílias e da existência de espaço nas suas contas para ampliação do consumo.

Aparentemente, os primeiros sinais de 2017 se mostram promissores. Ao que tudo indica, existem sinais de que as vendas no comércio tenham parado de cair e que o desemprego começou a dar sinais de que se estabilizou. Caso isso se concretize, podem ser o início de uma estabilização da atividade econômica no País e o fim da queda da renda.

É claro que isso não representa uma retomada do crescimento, mas, no quadro atual, é uma informação extremamente positiva, dada a ausência de vetores que ensejem uma recuperação mais robusta. De qualquer forma, os indicadores relativos à atividade econômica nos primeiros meses de 2017 esclarecerão essas dúvidas. ■



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

OCIOSIDADE NO BIODIESEL

As expectativas iniciais eram de que os aumentos na mistura obrigatória na produção de biodiesel reduzissem a grande ociosidade existente na produção. Esse efeito foi anulado com a crise econômica e a queda registrada no Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos dois anos. Em 2016, a demanda ficou inferior à de 2012 (55,9 bilhões de litros). A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) traça cenários: até 2019, a taxa de ociosidade pode cair pela metade com o crescimento do PIB e o aumento previsto na mistura obrigatória de biodiesel no diesel.

BRASIL: CONSUMO DE DIESEL E PRODUÇÃO DE BIODIESEL
(MILHÕES DE LITROS)

ANO	Consumo de diesel	Mistura obrigatória	Produção de biodiesel		
			Capacidade	Realizada	Ociosidade %
2013	58.600	B5	7.905	2.917	63,1
2014	60.000	B5-B6	7.619	3.422	55,1
2015	57.200	B6-B7	7.332	3.937	46,3
2016*	54.000	B7	7.300	3.798	48,0
2017*	–	B7-B8	7.300	4.500	38,4
2018*	–	B8-B9	7.350	5.100	30,6
2019*	–	B9-B10	7.600	5.750	24,3

* Projeções elaboradas pela ABIOVE
Fonte: ANP; ABIOVE

TERRAS PARA ESTRANGEIROS

Neste mês, o Congresso Nacional deve receber do relator deputado Newton Cardoso Júnior (PMDB-MG) o texto do Projeto de Lei para liberar a venda de terras do País para empresas e investidores estrangeiros. Conforme matéria d'O Estado de S. Paulo (Estadão), o assunto está sendo tratado de forma direta com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. As compras poderão chegar a até 100 mil hectares de terra para produção, além de arrendar outros 100 mil hectares. Uma série de restrições segue em discussão sobre as operações em áreas de culturas anuais e na região amazônica e de fronteira com outros países.

TRUMP E A FEDERAÇÃO AMERICANA DE AGRICULTURA

A decisão do presidente Donald Trump de rever a participação dos Estados Unidos no Tratado Transpacífico (TPP) preocupa a Federação Americana de Agricultura (AFBF, na sigla em inglês), pois um quarto da produção agropecuária do país vai para o exterior. O TPP previa a diminuição de barreiras comerciais entre doze países: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura, Estados Unidos e Vietnã, que representam, em termos globais, 40% da economia e um terço do comércio. Ao se retirarem desse pacto, os EUA deixarão de ganhar US$ 4,4 bilhões anuais com exportações agrícolas. Com o acordo de livre-comércio entre EUA, Canadá e México (NAFTA), as exportações agrícolas dos EUA quadruplicaram: passaram de US$ 8,9 bilhões para US$ 38,0 bilhões do início do tratado em 1993 aos dias atuais.

ENTREGAS RECORDES DE FERTILIZANTES

As entregas de fertilizantes aos produtores rurais do Brasil atingiram um recorde histórico de 34,1 milhões de toneladas em 2016, alta de 12,2% ante 2015, de acordo com a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA). Isso se deve à necessidade dos produtores de recuperarem os nutrientes no solo após uma expansão de área combinada com menor uso de fertilizantes na safra 2015/16.

BRASIL: REGISTRO DE DEFENSIVOS

ANO	Quantidade (milhões de toneladas)
2010	24,5
2011	28,3
2012	29,5
2013	31,1
2014	32,2
2015	30,4
2016	34,1

Fonte: ANDA

MAIOR OFERTA DE ETANOL EM 2030

O estudo "Cenários de Oferta de Etanol e Demanda do Ciclo Otto", realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia (MME), projeta para 2030 uma produção brasileira em torno de 43 bilhões a 54 bilhões de litros de etanol. As variações dependerão do alinhamento do preço da gasolina às cotações internacionais, das ações do setor voltadas à redução de custos e das políticas de incentivo ao produto. Já as importações variam de 3,0 bilhões a 6,9 bilhões de litros. A entidade destaca a importância de aprofundar o trabalho para determinar o alcance das políticas públicas e o atendimento dos compromissos internacionais no âmbito do Acordo de Paris. Isso contribui para o planejamento energético do País no médio e no longo prazos.

DESAFIOS NAS EXPORTAÇÕES DE CARNES

Dados compilados pelo MAPA junto à Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (SECEX/MDIC) apontam que, em 2016, apenas uma das três principais carnes exportadas pelo Brasil registrou ligeira redução de volume: a bovina. Já considerando o preço médio de venda, mostraram redução as carnes de frango (-6,72%) e bovina (-7,12%), enquanto a suína aumentou (+15,95%). Apesar da receita expressiva, para este ano, as indústrias exportadoras mostram como uma de suas maiores preocupações a persistência de uma taxa de câmbio valorizada do real frente ao dólar.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CARNE

CARNE	2015		2016	
	Mil toneladas	US$ milhões	Mil toneladas	US$ milhões
De frango	4.225	7.170	4.384	6.760
Bovina	1.399	5.939	1.400	5.516
Suína	555	1.279	733	1.483
TOTAL	**6.179**	**14.388**	**6.517**	**13.759**

Fonte: MAPA; ABIEC; ABPA

RETIRADA DA VACINAÇÃO CONTRA AFTOSA

Está confirmada para a próxima reunião da Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa) – a ser realizada de 3 a 7 de abril, em Pirenópolis, no estado de Goiás – uma boa notícia para a pecuária nacional: o ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) deverá anunciar o cronograma da mudança da vacina contra a febre aftosa e maiores detalhes sobre a retirada gradual da vacinação no País. Há possibilidade de se retirar a vacinação de 80 milhões de cabeças a partir de novembro de 2018. Outros países vizinhos poderão utilizar a estratégia, desde que tenham condição sanitária para tanto. Além do Brasil, integram a Comissão: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela e Uruguai.

FLEXIBILIDADE NA LEI TRABALHISTA DO CAMPO

Projeto para dar flexibilidade às normas reguladoras do trabalho rural (Lei nº 5.889/73) foi encaminhado ao Senado Federal. A iniciativa incorpora pelo menos três alterações importantes. A primeira preconiza que os empregadores tenham a oportunidade de sanarem as irregularidades apontadas pelos fiscais antes do auto de infração. A segunda está relacionada à criação de cotas de trabalho para pessoas com deficiência física. A terceira recomenda contrato de aprendizagem rural para jovens entre 14 e 24 anos inscritos em programas de formação técnico-profissional (para empregadores com mais de 200 empregados).

PROGRAMA DE SEGURO RURAL

O governo federal anuncia alocar R$ 90 milhões dos recursos aprovados no orçamento para subvencionar o seguro rural neste ano. Deste valor, R$ 80 milhões serão dirigidos às culturas de inverno, especialmente milho 2ª safra e trigo. Os R$ 10 milhões restantes serão destinados à subvenção das demais atividades, como pecuária, olericultura e florestas, ao longo do primeiro semestre de 2017. A estimativa é de que seja realizada a cobertura de 15 mil apólices entre fevereiro e junho, para as culturas de inverno, e mais 2,5 mil apólices, para as demais culturas.

BRASIL DIANTE DAS PREVISÕES DA FAO

As recentes projeções da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) sobre o incremento do consumo de alimentos ratificam as oportunidades e as responsabilidades brasileiras. Até 2050, enquanto a população global crescerá para 9,5 bilhões de pessoas, a demanda de alimentos expandirá 60%, a de energia 40% e a de água 50%. Essa perspectiva é provocadora para a agricultura, no sentido de elevar a produção de alimentos e energia sem afetar a disponibilidade de água e, ainda, sequestrar carbono. O interessante é a desproporcionalidade regional do mercado mundial de alimentos. A oferta aumentará no continente da América do Sul, onde há recursos naturais suficientes para atender mais rápido essa demanda. Já a demanda crescerá na Ásia, com 60% da população da classe média.

CAFÉ ESPECIAL NA PAUTA DE EMBARQUES

Projeto setorial composto por 177 empresas nacionais, da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês), em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), "Brazil. The Coffee Nation" exportou para 55 países US$ 1,57 bilhão em 2016. O valor representa recorde histórico e supera em 152,4% o valor registrado em 2015.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CAFÉ ESPECIAL
(EM 2016)

PAÍS	US$ milhões
Estados Unidos	388,2
Alemanha	271,4
Bélgica	146,7
Japão	129,3
Itália	99,2
Outros	535,2
Total	1.570,0

Fonte: BSCA

SISTEMA INTEGRADO DE AGROTÓXICOS

Neste ano, o plano é desenvolver ações coordenadas para dar maior velocidade à oferta de novos agroquímicos e atender as prioridades do agricultor. O cruzamento de dados entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) deverá reduzir a burocracia, organizar a fila de pedidos de registro e acelerar a aprovação de novos produtos, principalmente os genéricos.

BRASIL: REGISTRO DE DEFENSIVOS

PRODUTOS	2015	2016
Genéricos (produtos técnicos equivalentes)	43	161
Biológicos	38	23
Novos agroquímicos	139	277

Fonte: MAPA

As estatísticas do MAPA apontam recorde nos registros de novos agroquímicos em 2016. O número supera a média histórica anual, de 140 registros. Na avaliação do coordenador-geral de Agroquímicos e Afins do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA) do MAPA, Júlio Britto, "a maior disponibilidade no mercado de novos produtos para o controle de pragas evita a redução da produtividade, a criação de resistência aos agrotóxicos e a elevação de custos ao agricultor".

EXPORTAÇÃO DE GADO VIVO

O MAPA pretende retomar as exportações de gado vivo. Este setor já foi responsável por receitas bem maiores na primeira metade desta década. A queda brusca deu-se em decorrência praticamente da retirada das compras da Venezuela, o maior importador e com uma enorme crise interna. Além de buscar os importadores tradicionais, como Jordânia, Egito, Líbano e Turquia, existem as demandas de países asiáticos, como China e Vietnã, mas a logística de exportação é mais favorável aos indianos e australianos. É um mercado pequeno, com oportunidade para o Brasil atuar.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE BOI EM PÉ

ANO	Quantidade (mil cabeças)	Receita (US$ milhões)
2010	591	632,5
2011	362	439,0
2012	480	534,4
2013	651	661,6
2014	624	633,9
2015	207	198,0
2016	282	205,2

Fonte: MDIC

PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE SOJA SUSTENTÁVEL

Para ampliar a produção e o comércio de soja sustentável brasileira no mercado europeu, assinaram um memorando de entendimento a Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), a Federation European Vegetable Oil and Proteinmeal Industry in Europe (FEDIOL), a European Feed Manufacturers' Federation (FEFAC) e a Iniciativa de Comércio Sustentável (IDH, na sigla em holandês). As partes reconhecem que as atuais iniciativas setoriais de soja sustentável da Europa e do Brasil são complementares. Em 2015, a Europa importou 5,8 milhões de toneladas de soja e 8,4 milhões de toneladas de farelo de soja do Brasil, de acordo com a World Oil.

ACORDO COM A OIE

O Brasil possui papel muito significativo no desenvolvimento sanitário das Américas no tocante a doenças como a febre aftosa, a peste suína clássica e a *influenza* aviária. Reconhecendo essa posição, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), entidade ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS), assinou um acordo de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o repasse de € 1 milhão (R$ 3,56 milhões) para programas de prevenção à febre aftosa e para melhoramento dos sistemas de auditorias sanitárias privadas. O Ministério coordenará as ações a serem executadas durante dois anos, a partir de janeiro de 2017, de acordo com as normas do Fundo Mundial da OIE para Saúde e Bem-Estar dos Animais.

DESBUROCRATIZAÇÃO DO AGRO

O Plano Agro+ é uma ação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para desburocratizar o setor. A receptividade desta iniciativa foi tão positiva que ela está sendo seguida por outros ministérios. As medidas previstas no Agro+ envolvem desde a atualização de atos normativos até a racionalização de processos de trabalho do MAPA. Espera-se que estados e municípios concluam a implementação do Plano até o final do ano.



TAXA DE CÂMBIO

AFINAL, PARA ONDE VAI O DÓLAR?

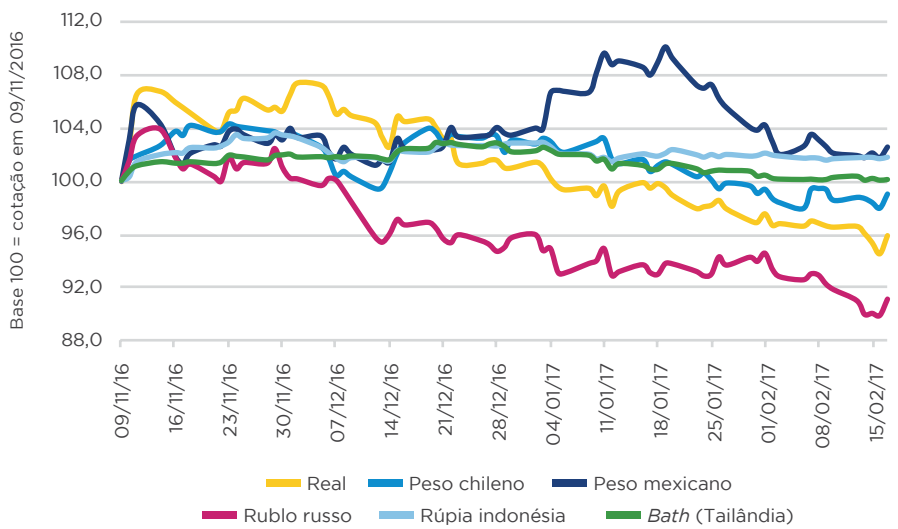
FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP) e pesquisadora do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – roberta.possamai@gvmail.br

KELLEN SEVERO
Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

A PERSPECTIVA de que a apreciação do real não é estrutural fica clara ao se observar a evolução das projeções para a taxa de câmbio da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil. Por mais que a moeda brasileira tenha apreciado nas últimas semanas, a projeção de um real mais desvalorizado sempre permanece. Em outras palavras, embora o valor da taxa de câmbio para o final do ano seja sempre revisado para baixo, a trajetória de desvalorização está sempre presente, sugerindo que o enfraquecimento do dólar talvez seja um fenômeno temporário.

EVOLUÇÃO DO VALOR DAS MOEDAS EMERGENTES FRENTE AO DÓLAR
(BASE 100 = COTAÇÃO NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2016)



Fonte: Banco Central do Brasil

Após a inesperada vitória de Donald Trump no dia 9 de novembro de 2016, a moeda brasileira perdeu valor fortemente frente ao dólar norte-americano, saindo de uma cotação de R$ 3,20/US$, no dia das eleições, para R$ 3,46/US$, no início de dezembro. Desde então, o real entrou em uma trajetória de apreciação, cujo fim, pelo que parece, ainda não chegou. Por exemplo, no final da primeira quinzena de fevereiro deste ano, a moeda norte-americana chegou a ser negociada por R$ 3,06/US$, um valor 11,3% menor do que o pico de dezembro. O que explica esse comportamento da taxa de câmbio brasileira? Se as políticas propostas por Donald Trump trazem incerteza aos mercados mundiais, por que capitais têm migrado para o Brasil? Por que a Bolsa de Valores dos Estados Unidos está operando em níveis próximos de picos históricos de alta? Por que as cotações das *commodities* subiram fortemente desde as eleições de Trump? Esse fenômeno é temporário ou reflete algo mais estrutural? Afinal, para onde vai o dólar?

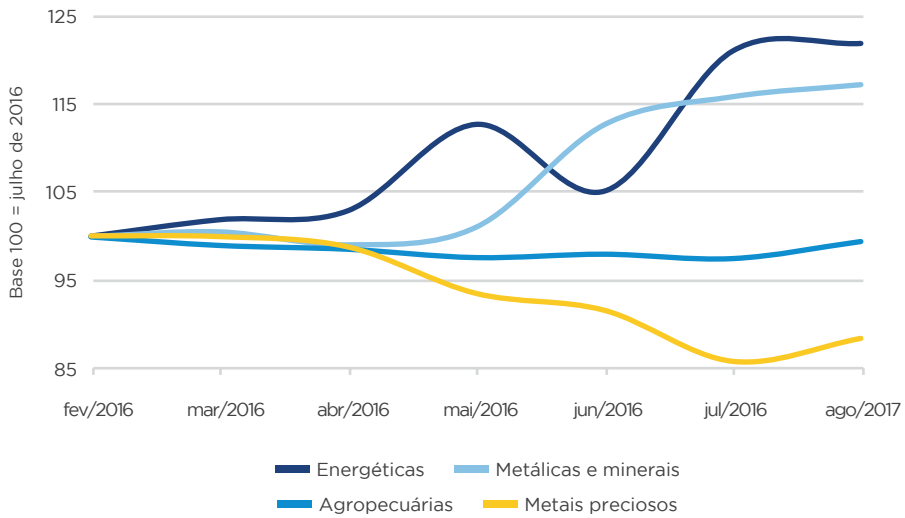
VALORIZAÇÃO DO REAL: FENÔMENO ISOLADO?

Após o primeiro mês da vitória de Donald Trump, o real desvalorizou-se fortemente. Todavia, nas semanas seguintes, a moeda brasileira voltou a ganhar força frente ao dólar. Ao observar a variação da cotação das moedas pelo mundo, fica claro que esse movimento não foi exclusividade da moeda brasileira. De uma forma geral, enquanto as moedas emergentes perderam valor nas primeiras semanas após as eleições norte-americanas e recuperaram força nas semanas seguintes, as moedas de economias desenvolvidas, com especial destaque para o euro e o iene, fizeram o caminho inverso: valorizaram-se após a vitória de Trump e depreciaram nas semanas seguintes.

Uma possível explicação para essa dinâmica é o aumento da aversão ao risco logo nas primeiras semanas após as eleições de Trump, fazendo com que os investidores se afastassem dos mercados emergentes e procurassem segurança nos mercados das economias avançadas. Posteriormente, conforme o novo presidente norte-americano apresentava sua equipe de governo e anunciava suas propostas para a política econômica, essa percepção de risco foi diminuindo, fazendo com que parte do capital que tinha fugido das economias emergentes, aos poucos, retornasse para esses mercados.

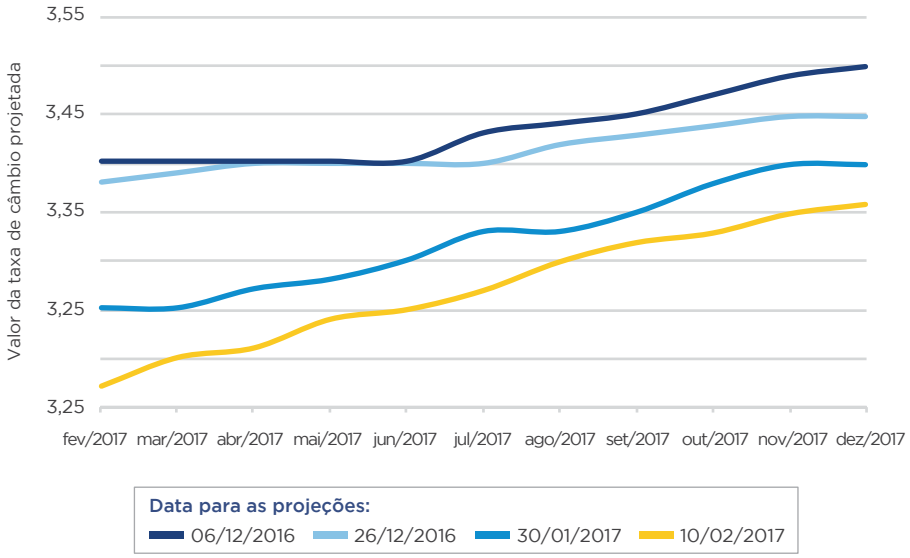
É importante notar que movimentos semelhantes foram observados nos mercados de *commodities*,

COTAÇÕES: ÍNDICE DE PREÇOS DE *COMMODITIES*
(BASE 100 = JULHO DE 2016)



Fonte: Banco Mundial

PROJEÇÕES PARA O VALOR DA TAXA DE CÂMBIO ENTRE FEVEREIRO E DEZEMBRO DE 2017 FEITAS ENTRE O FINAL DE 2016 E A SEGUNDA QUINZENA DE FEVEREIRO DE 2017



Fonte: Banco Central do Brasil

com a forte valorização das *commodities* energéticas, metálicas e minerais desde a eleição de Donald Trump e a perda de valor dos metais preciosos, que, geralmente, são utilizados como ativos mais seguros em momentos de maior incerteza.

SERÁ QUE OS MERCADOS FINANCEIROS ESTÃO ANIMADOS COM TRUMP?

Embora, à primeira vista, a explicação anterior faça sentido, na realidade, há diversos movimentos que contradizem o comportamento observado no valor das *commodities* e das moedas, sejam elas emergentes ou não:

- Em geral, as políticas comerciais propostas por Trump têm um perfil bastante avesso a um comércio internacional que opere com maior liberdade. Nessa direção, merecem destaque as decisões do novo presidente norte-americano de revogar a Parceria Transpacífica e colocar o NAFTA (The North American Free Trade Agreement) sob questionamento, além de criar constrangimentos para empresas norte-americanas que pretendiam investir em outros países ou que importam produtos que poderiam ser adquiridos nos EUA.

- Deve-se registrar que o desenho das políticas sugeridas chama a atenção para o fato que a Bolsa de Valores dos Estados Unidos subiu fortemente desde a eleição de Trump e esteja operando em patamares historicamente muito altos (na verdade, picos maiores do que no período pré-crise de 2008!). Será que o empresariado norte-americano está satisfeito com essas políticas mais protecionistas? Infelizmente, esse ponto ainda não está claro.

FATORES INTERNOS TAMBÉM EXPLICAM A APRECIAÇÃO DO REAL

Embora, a partir do início de 2017, diversas moedas tenham entrado em uma trajetória de apreciação (inclusive o próprio peso mexicano!), o real destaca-se como uma das moedas que mais tem se valorizado ao longo do período. Isso sugere que há, também, fatores internos contribuindo para esse movimento. Dentre esses fatores capazes de explicar essa

dinâmica, merece destaque a melhora dos ambientes político e, principalmente, econômico no Brasil.

Ainda que essa afirmação possa causar estranheza em quem acompanha diariamente o noticiário, vale a pena fazer uma leitura mais macro da trajetória brasileira nos últimos meses. Por exemplo, ao comparar a evolução da situação brasileira desde o início de 2016 com a evolução da economia mundial, fica claro que, enquanto o Brasil melhorou (mudança de governo, recuperação da coordenação política e do relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo, redução da inflação, queda da taxa de juros etc.), diversas economias pelo mundo pioraram sua situação (eleição de Trump, saída do Reino Unido da União Europeia, turbulências nas eleições da Alemanha, da França e da Itália neste ano, atentados terroristas etc.). Em poucas palavras, enquanto o Brasil melhorou ao longo do período, o mundo deteriorou. Logo, o Brasil tem se tornado uma opção menos arriscada para investimentos estrangeiros, ao menos no curto prazo e do lado financeiro. Esse fenômeno é claramente observado na queda do risco Brasil – aliás, o Brasil já está operando com um nível de risco-país semelhante àquele do período em que possuíamos grau de investimento.

MAS, ESSA QUEDA DA TAXA DE CÂMBIO É ESTRUTURAL OU CONJUNTURAL?

Ainda há muita dúvida no mercado a respeito de quanto tempo a apreciação do real irá durar, tanto por fatores internos, quanto por fatores externos:

- Com relação aos fatores internos, dada a instabilidade da situação política, não é possível descartar o cenário em que algum problema político mais grave (por exemplo, uma delação) possa imobilizar o Governo e impedir o avanço da agenda de reformas econômicas (na realidade, nem retrocessos podem ser descartados); e,

- Com relação aos fatores externos, embora o dólar esteja se enfraquecendo, é razoável imaginar que essa trajetória possa ser revertida, uma vez que o Banco Central dos Estados Unidos já deixou claro que haverá novas elevações da taxa de juros norte-americana ao longo de 2017. Reforçando esse processo, é importante deixar claro que as medidas econômicas propostas por Donald Trump levam a uma inflação maior (maiores gastos públicos e elevação de impostos de importação), o que, por sua vez, demandaria uma elevação da taxa de juros local de forma mais rápida. Como os títulos da dívida norte-americana são o ativo mais líquido no mercado financeiro, conforme estes papéis tornarem-se mais atraentes, mais capital deverá migrar para os Estados Unidos, fortalecendo o dólar. ■



SHUTTERSTOCK

AGROPECUÁRIA

BALANÇO DA RENTABILIDADE EM 2016

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

NO INÍCIO de cada ano, comparamos as rentabilidades médias das atividades agropecuárias com as de outras opções de investimento de capital. Os modelos econômicos utilizados levam em conta fatores estimados para cada negócio agropecuário, como índices técnicos, localização, estrutura produtiva e nível tecnológico*.

As atividades agropecuárias com o melhor resultado foram a soja e o milho, com 8,10% de rentabilidade, atrás do Ibovespa (37,90%), do CDI (13,99%) e da poupança (8,34%). O pior foi a produção de leite de baixo emprego de tecnologia (leite BT) – com rentabilidade negativa de 8,95% –, que ainda apresentou resultado melhor do que o ouro (-10,71%) e o dólar (-19,41%).

Sempre vale a pena lembrar que, para quem quer manter a produção sem assumir riscos, o arrendamento de cana é uma boa opção. Mas, deve-se dar atenção ao endividamento das usinas. Muitas estão com dificuldades para honrar seus compromissos.

SHUTTERSTOCK



PECUÁRIA DE LEITE

A rentabilidade foi positiva para os sistemas tecnificados, mas foi negativa para o sistema de baixa tecnologia. Quando se compara a média de 2016 com a de 2015, o preço do leite ao produtor subiu 17,5% em valores nominais. Já os custos de produção aumentaram, em média, 21% no mesmo período.

A rentabilidade média da atividade de alta tecnologia cresceu de 1,69%, em 2015, para 3,08%, em 2016. Tomamos uma produtividade média de 25 mil litros/ha/ano. Com poder de barganha na negociação das compras de insumos, os resultados econômicos foram favorecidos pela forte alta nos preços do leite ao produtor, principalmente no primeiro semestre de 2016.

Já a pecuária leiteira de baixa tecnologia amargou o quinto ano consecutivo de prejuízo. Foi o pior resultado dentre as atividades agropecuárias analisadas.

PECUÁRIA DE CORTE

O aumento dos custos operacionais (insumos) não foi também acompanhado pela subida de preço do boi gordo e de animais de reposição. Com isso, a rentabilidade do pecuarista em 2016 foi pior do que a registrada em 2015. É importante ressaltar a existência de ampla variação entre os sistemas de produção. Assim, em situações particulares isso pode não ter ocorrido.

Na comparação entre os preços de 2016 e os de 2015, o preço do boi gordo em São Paulo subiu 5,2%, enquanto o bezerro desmamado teve queda de 1,1%. No conjunto, os custos de produção da atividade tiveram aumento de 14,9%.

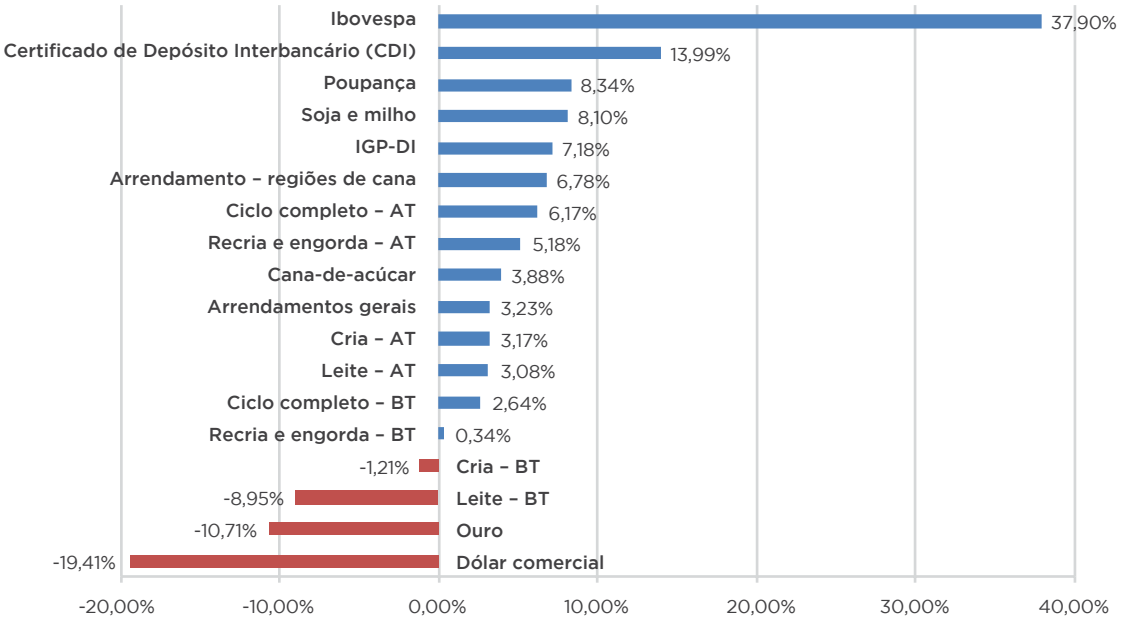
Os resultados para os sistemas mais tecnificados seguiram a tendência dos últimos anos, com a apuração de rentabilidades melhores. Quando a escala de produção aumenta, também cresce a receita e reduz o custo unitário, com a promoção de maiores lucros por hectare.



SHUTTERSTOCK

RENTABILIDADES MÉDIAS DAS ATIVIDADES E INDICADORES ECONÔMICOS

(EM 2016)



AT: aplicação crescente de tecnologia; BT: baixa tecnologia
Fonte: ANBIMA; BC; BM&FBOVESPA; FGV; Scot Consultoria



RENTABILIDADES AGROPECUÁRIAS EM 2015 E 2016

ATIVIDADE	2015	2016	Comparação
Agricultura anual – soja e milho	3,00%	8,10%	▲
Arrendamento em regiões de cana	-0,35%	6,78%	▲
Ciclo completo – com aplicação crescente de tecnologia	8,79%	6,17%	▼
Recria e engorda – com aplicação crescente de tecnologia	6,19%	5,18%	▼
Produção e fornecimento de cana	-0,68%	3,88%	▲
Arrendamentos gerais (melhores opções)	3,88%	3,23%	▼
Cria – com aplicação crescente de tecnologia	3,33%	3,17%	▼
Leite – alta tecnologia – 25 mil litros/ha/ano	1,69%	3,08%	▲
Ciclo completo – baixa tecnologia	2,81%	2,64%	▼
Recria e engorda – baixa tecnologia	0,40%	0,34%	▼
Cria – baixa tecnologia	-0,97%	-1,21%	▼
Leite – baixa tecnologia – 1,5 mil litros/ha/ano	-7,61%	-8,95%	▼

Fonte: Scot Consultoria

Para a atividade de ciclo completo com aplicação crescente de tecnologia, a rentabilidade média foi de 6,17% em 2016, frente a 8,79% no ano anterior. Dentre as atividades de pecuária de corte analisadas, a atividade de cria de baixa tecnologia teve o pior resultado, com prejuízo de 1,21% em 2016.

AGRICULTURA

As altas de preços do milho e da soja no primeiro semestre de 2016 puxaram para cima as rentabilidades médias destas culturas para quem comercializou a produção nesse período. As quedas nos preços de adubos e alguns defensivos agrícolas colaboraram com esse quadro.

A quebra de produção na safra 2015/16 causada pela estiagem em importantes regiões produtoras e os estoques mais restritos no mercado interno, especialmente de milho, deram sustentação e firmeza para os preços no mercado interno.

O QUE ESPERAR PARA 2017

No geral, a pecuária sentiu o peso dos aumentos dos custos de produção e a queda da demanda interna, em função do cenário de crise econômica do País. Conforme mencionado no início do artigo, a sua rentabilidade ficou abaixo das aplicações em ações (Ibovespa), do CDI e, até mesmo, da renda fixa (poupança).

Com relação aos custos de produção, a maior oferta de grãos deverá reduzir os custos com a dieta dos bovinos, especialmente o milho e o farelo de soja, que já estão custando menos do que no mesmo período de 2016. A desvalorização do dólar frente ao real deverá impactar as cotações dos produtos importados, como fertilizantes e matérias-primas para suplementos minerais.

Para a pecuária de corte, a expectativa de uma maior oferta de animais para abate frente a uma demanda fraca pressiona para baixo os preços no mercado de boi gordo. Na atividade leiteria, a previsão é de uma ligeira recuperação da margem para o produtor: a oferta limitada reflete o menor investimento na atividade nos últimos dois anos. No resumo, o ano exigirá cautela de todos os elos do setor. ■

* Assim, os resultados apresentados podem ter significativa variação de acordo com a alteração dos índices produtivos

AGROENERGIA

RECONHECENDO OS BIOCOMBUSTÍVEIS

PLINIO M. NASTARI

Mestre e doutor em Economia Agrícola e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

O BRASIL foi pioneiro no uso intensivo de biocombustíveis líquidos, com experiência bem-sucedida que remonta a 1927. Em 2016, o País gerou mais de 27,2 bilhões de litros de etanol utilizado como combustível único e em mistura com a gasolina, além de 3,8 bilhões de litros de biodiesel, o que permitiu elevar a mistura de 7% para 8% deste biocombustível no diesel fóssil*. Ademais, o País possui significativo potencial de desenvolvimento em biogás-biometano e bioquerosene.

Combustíveis líquidos de biomassa fazem parte da energia moderna de biomassa. Atualmente, é reconhecido que a eletrificação utilizando biocombustíveis – a célula a combustível movida a etanol – é a opção tecnológica mais eficiente do ponto de vista energético e de menor emissão total de gases do efeito estufa. Para a mobilidade, essa opção é superior à eletrificação convencional.

Há evidências comprovadas da contribuição dos biocombustíveis para a geração de empregos e renda no campo, a preservação de recursos naturais e matas ciliares, a conservação de água e o equilíbrio social nos mais de 1.600 municípios em que essa atividade é desenvolvida. A expansão da produção de biocombustíveis vai contribuir de forma expressiva para reduzir os dispêndios com programas sociais em cidades no interior do País.

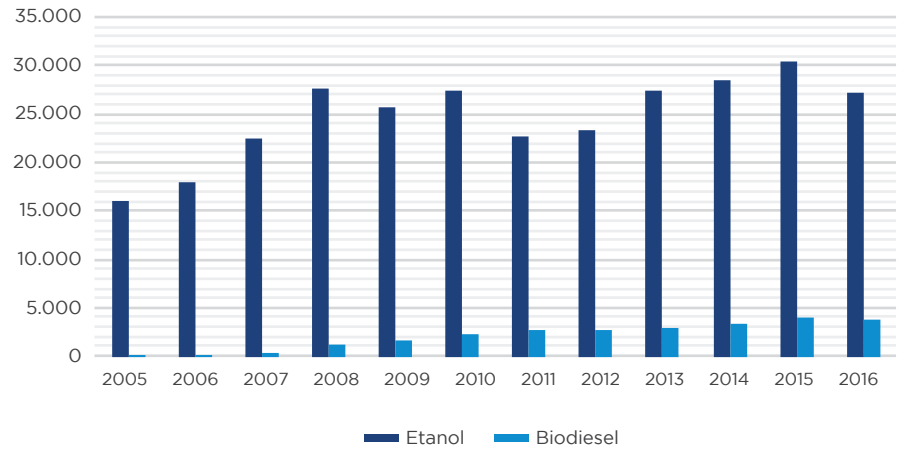
No entanto, para que seja estimulado o investimento privado nesse setor – pela sua contribuição para a economia e o meio ambiente e pelo seu potencial na geração de emprego –, é preciso que seja reconhecida, via regulação do mercado, a capacidade de os biocombustíveis contribuírem para a mitigação de emissões de gases causadores do efeito estufa, principalmente na forma de CO_2.

Entre as grandes economias do mundo, o Brasil é reconhecido no exterior como um dos países de ambiente menos tóxico do mundo. Estudo realizado pela The Eco Experts, do Reino Unido, levando em conta 5 critérios – nível de consumo de energia *per capita*, emissão de CO_2 a partir de combustíveis, poluição do ar, mortes causadas pela poluição do ar e produção de energia renovável –, concluiu que o Brasil é, juntamente com alguns



SHUTTERSTOCK

BRASIL: PRODUÇÃO DE ETANOL E BIODIESEL
(MIL m³)



Fonte: ANP

países da África, o país de ambiente menos tóxico. De outro lado, a Arábia Saudita e o Kuwait são os países de ambiente mais tóxico. A importância desse levantamento é somada ao fato de que um estudo do Instituto de Efeitos da Saúde mostrou que, apenas em 2015, a poluição do ar causou mais de 4 milhões de mortes no mundo.

Esse reconhecimento deve levar em conta o conceito 'poço a roda', ou seja, o ciclo de vida completo na produção e no uso dos combustíveis de origem fóssil e renovável criando um farol que indicará o tamanho do mercado a ser perseguido.

Por meio do bioetanol e do biodiesel, o Brasil já atingiu uma escala relevante de produção e consumo de biocombustíveis. Mas, é preciso criar uma meta crível e executável, com o apoio de instrumentos modernos de precificação e alocação de risco. Devem-se buscar, no caso do etanol: (i) mercados futuros com liquidez; e (ii) incentivos para que sejam incorporadas novas tecnologias que permitam o seu melhor aproveitamento. No caso do biodiesel, deve-se aproveitar a oportunidade de elevar a proporção de esmagamento da soja, atualmente em 40%, para agregar mais valor ao grão, fomentando a produção de proteína animal e liberando mais óleo para a produção de biodiesel.

É significativo o potencial de desenvolvimento do biogás-biometano e do bioquerosene (utilizado principalmente na aviação). No caso do biogás, a sua purificação e a sua transformação em biometano representam um grande potencial para aproveitamento em frotas de veículos leves e pesados.

Reconhecer a contribuição dos biocombustíveis para a meta de descarbonização vai evitar a dependência crescente por importação de gasolina e diesel, o gradual desmonte da rede de distribuição de etanol nos postos e a perda de oportunidade na geração de emprego e renda no campo, mantendo e gerando novos polos de desenvolvimento.

Esse reconhecimento deve, também, incentivar o aumento de eficiência no uso do etanol e de outros biocombustíveis em motores, preservados os requisitos de segurança e confiabilidade, aumentando a produtividade e a eficiência energética associadas à sua produção e a preservação e o desenvolvimento contínuo de capacitação tecnológica. ■

* O CNPE aprovou, em sua reunião de dezembro de 2016, o aumento da mistura para 8% a partir de 1º de março de 2017

SHUTTERSTOCK



APOSTA NA TECNOLOGIA E NA PRODUTIVIDADE

Com conteúdos inovadores, a Associação Brasileira de Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM) prima por organizar palestras técnicas, lançamentos de produtos e discussões acerca de tendências e caminhos para contribuir com a evolução do agronegócio brasileiro.

Em total crescimento, atualmente são 69 empresas estabelecidas em todos os estados do País que incorporam o quadro de associados e recebem com maestria informações e incentivos relevantes sobre o uso correto de suplementos para a nutrição animal.

Com relação às associadas, a entidade preocupa-se em levar a elas informações para melhorar as suas atividades internas e maximizar as ações que resultem em bons frutos. As pequenas falhas, ao longo do tempo, tornam os problemas mais delicados e difíceis de serem resolvidos. Por isso, com métodos de trabalho bem planejados, os desvios e os erros na administração desaparecem.

Os desafios na pecuária de corte nacional são enormes, mas as transformações estão em curso. Esperamos que o Censo Agropecuário a ser realizado neste ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traga boas novidades. No Censo de 1985, 40% do aumento da produção vinham de aumento dos pastos. Em 2006, como a área de pastagens diminuiu, os ganhos de produtividade explicaram os 122% de aumento da produção de carne.

VISÃO DO PRESIDENTE NELSON LOPES

Somos a única representante do setor. Nosso quadro associativo possui uma participação correspondente a mais de metade do mercado. Essa posição dá muita legitimidade para ouvirmos as empresas e tomarmos decisões. Possuímos quatro livros educativos para as empresas associativas divulgarem a forma correta da aplicação dos suplementos minerais. O não uso desse insumo significa retirar o animal do processo produtivo com menor peso e num prazo mais longo.

BENEFÍCIO DA SUPLEMENTAÇÃO

Hoje, a sensibilidade do pecuarista com relação a esse insumo é bem grande, mas fica a questão crítica quanto à sua aplicação correta. É uma economia que a pastagem e a silagem não conseguem suprir para os animais. A suplementação promove vários benefícios tanto em reprodução, como em desempenho. Basta observar os aumentos na taxa de parto e no ciclo das fêmeas, com redução do intervalo entre partos, dos abortos e da mortalidade até a fase de desmama, e o aumento do ganho de peso, dentre outros fatores. Apesar disso, apenas um terço do rebanho nacional pratica a suplementação.

ASBRAM.ORG.BR



DOIS EVENTOS SIGNIFICATIVOS

Neste ano, a ASBRAM celebra o seu vigésimo aniversário e realiza o seu 10º Seminário. Ambos constituem dois marcos relevantes que farão parte da história da entidade. Trabalhamos fortemente na tecnologia, mas temos a percepção clara de que sempre é importante despertar ações, reflexões e modelos de negócio capazes de construir caminhos com gestões inovadoras em tempos cinzentos. Os altos e baixos do mercado fazem parte do mundo empresarial.

AMBIENTE DE PREVISIBILIDADE

Com a vitalidade da pecuária brasileira, os nossos desafios e esforços seguem focados em estarmos cercados de uma gama de nomes de profissionais gabaritados, seja da parte interna ou externa do nosso negócio. Reforçamos o pensamento de que somos protagonistas e que só venceremos com trabalho os erros e as atitudes equivocadas em torno da gestão econômica e política do País. Muitas vezes, assumimos riscos e mudanças de cenário por fatores que fogem de nosso controle e nossa previsão.

Menor crescimento do rebanho

O gado zebuíno foi introduzido no Brasil durante a primeira metade do século XX, quando foram aplicados os primeiros processos de conservação de carne nas regiões Sul e Central. Com a desestruturação da produção agropecuária dos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, o Brasil incrementou o tamanho do seu rebanho bovino. Já a Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, trouxe mais vitalidade a esse processo.

Naquela época, o Brasil passou a ser fornecedor de carne no mercado internacional. Na lista da indústria nacional de carnes congeladas e de conservas, estão as filiais de grandes empresas estrangeiras, norte-americanas: Wilson & Company, Armour, Swift, Continental e Anglo.

Dados dos recenseamentos de 1940, 1950 e 1960 revelam elevadas taxas de crescimento da pecuária bovina. Este crescimento justifica-se pelo aumento do consumo doméstico de carne, leite e laticínios, sobretudo nas áreas urbanas do centro-leste.

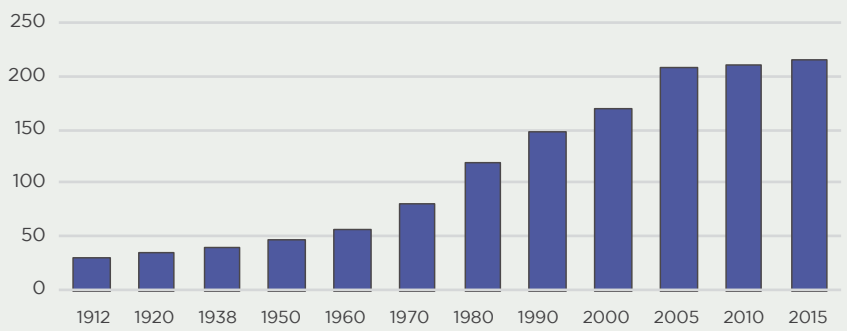
Nas décadas de 1970 e 1980, o rebanho bovino brasileiro por habitante aumentou para 0,87 por ano, mas sem assegurar a posição de autossuficiência no consumo e na exportação regular de carne, diferentemente do alcançado por Austrália (2,31), Argentina (2,31) e Uruguai (3,51).

Outro grande salto no mercado internacional ocorreu em meados da década de 1990. Medidas importantes foram tomadas para incentivar o setor. É o caso da edição da Portaria nº 304/96 do Ministério da Agricultura, sobre a obrigatoriedade da classificação da carcaça, a adoção de incentivos fiscais para as exportações e o combate à febre aftosa na região Centro-Sul.

A partir de então, o volume das exportações cresceu a passos largos: em 1998, era de 6% do total produzido; em 2004, chegou a 20%, nível próximo do atual.

Neste século, o crescimento da produção pecuária fica dependendo muito mais de ganhos de produtividade do rebanho. Essa realidade ficou mais evidente nos últimos dez anos. As áreas de pastagens são convertidas em lavouras, e o rigor da legislação ambiental não mais permite a sua expansão no ritmo verificado na segunda metade do século XX.

BRASIL: EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO
(MILHÕES DE CABEÇAS)



Fonte: IBGE

Comercialização de suplementos minerais

Em 2016, o setor de suplementação mineral comercializou 2.788 mil toneladas, 6,28% acima do registrado em 2015, quando a entrega foi de 2.610 mil toneladas. E o faturamento também teve um aumento bem próximo – 6,25% –, passando de R$ 5.248 milhões para R$ 5.576 milhões, de acordo com as estatísticas da ASBRAM.

O resultado pode ser considerado como favorável diante do contexto econômico do País e da própria pecuária. Com a valorização do real frente ao dólar ao longo do ano, as empresas puderam reajustar para baixo os valores das matérias-primas importadas, como o fosfato bicálcico. Mas, na safra 2015/16 de grãos, as quebras na colheita aumentaram os preços de milho e farelo de soja. Isso pesou justamente nos produtos proteicos, que representam quase 30% das vendas de suplementos.

Já a estiagem amena, principalmente na entressafra de junho a setembro, não trouxe aquecimento à demanda por suplementos. Por sua vez, somente a redução no preço do bezerro não foi suficiente para trazer boa lucratividade e estimular o confinamento. Com o mercado interno recessivo e as exportações sem reação, o preço da arroba do boi ensaiou um leve aumento no primeiro quadrimestre, porém este movimento perdeu força e ficou abaixo da média verificada em 2015.

Regiões como Centro-Oeste e Norte, com as maiores participações no rebanho nacional, concentram os maiores volumes de negócios de suplementos minerais. Em tais regiões, a proximidade e a boa disponibilidade de grãos são pontos positivos de competitividade e, junto com o programa de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), criam um quadro interessante para a terminação a pasto no Centro-Oeste; no Norte, evita-se que os animais percam peso, diante da alimentação à base de farelo e ração, na ocorrência de eventual seca.

BRASIL: MERCADO DE SUPLEMENTOS MINERAIS
(MIL TONELADAS)



Fonte: ASBRAM

BRASIL: CONSUMO DE SUPLEMENTOS MINERAIS
(2016)

ESTADO	PART. %
Mato Grosso	19,63
Mato Grosso do Sul	15,81
Goiás	14,62
Rondônia	8,83
São Paulo	8,40
Minas Gerais	7,00
Pará	4,81
Tocantins	4,81
Outros	16,09
TOTAL	100,00

Fonte: ASBRAM

ASBRAM: 10º Simpósio Nacional e vinte anos

Depois do triênio de "céu de brigadeiro" – 2013, 2014 e 2015 –, a cadeia de pecuária de corte defrontou-se com um cenário de muita dificuldade em 2016. A crise econômica do País derrubou o consumo do brasileiro, e as exportações ficaram aquém do esperado. É tempo de ajustamento e de acompanhamento dos mercados, com tomada de decisões comedidas e bem analisadas.

Como o pecuarista olha para o setor em momento de mudança no ciclo de produção plurianual, de alta de preços com retenção das fêmeas e menor oferta de animais para abate, e vice-versa, em qual velocidade isso ocorrerá? Até que ponto a taxa de inflação cairá e o Banco Central irá posicionar o centro da meta da taxa Selic? A taxa de câmbio será competitiva para a exportação de carnes e outros produtos brasileiros?

Externamente, tem-se a surpreendente virada de jogo na economia mundial. O plebiscito do Brexit na Inglaterra e as decisões do presidente Trump nos Estados Unidos apontam para outras direções. O mundo ficará menos liberal, com medidas protecionistas?

Todo esse ambiente acontece enquanto o Brasil realiza o Censo Agropecuário, depois de onze anos, em 2017. Quais são o novo retrato e o caminho futuro da pecuária nacional?



A ASBRAM pretende trazer para o simpósio pecuaristas, empresários, indústrias, técnicos, consultores, estudantes e representantes dos elos da cadeia produtiva de carne bovina, das mais diferentes regiões do Brasil, com apresentações e debates de excelência.

Contamos com a sua presença. ■

DIRETORIA 2016-2017

Presidente: Nelson de Souza Lopes
Diretora executiva: Elizabeth Chagas
Diretor vice-presidente: Leonardo Luís Cerise Junior
Diretor primeiro tesoureiro: José Luiz Bianchi
Diretora segunda tesoureira: Denise Gregori
Diretor primeiro secretário: Daniel Guidolin
Diretora segunda secretária: Arlete Adames

Diretoria e Conselho de Administração





SHUTTERSTOCK

Projeções para o horizonte 2026

Novas estratégias, novos posicionamentos

FARSUL
Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul

ANTÔNIO DA LUZ
Economista-chefe da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Sistema Farsul)

Da agricultura feita nas margens do Rio Nilo – nos primórdios da civilização – até a metade do século passado, as evoluções nos métodos, nas práticas e nas tecnologias eram sutis. Esse panorama é muito diferente do ocorrido nos últimos sessenta anos, quando tivemos dois fatos:

- Em primeiro lugar, a inserção do conhecimento sobre fertilidade do solo, controle de pragas e aplicação de engenharia mecânica; e,
- Em segundo lugar, a difusão destes conhecimentos, em primeiro grau, pelas universidades e, logo em seguida, para produtores e trabalhadores rurais, seus consumidores finais.

Ambos os fatos foram tão fortes e rápidos que contiveram características revolucionárias, o que fez com que se convencionasse chamar o momento de Revolução Verde. No princípio, produtividades inimagináveis foram obtidas, gerando uma produção incrivelmente grande que permitiu a expansão da população. Thomas Malthus nunca esteve errado; foi a Revolução Verde que resolveu sua equação.

Mas, produzir mais tem lá suas implicações. Os custos relacionados à produção subiram, e o escoamento se tornou gargalo importante para todos os países, em especial para aqueles que sofrem de escassez ou execução de planejamento.

Atentos para esse novo cenário que se descortina, elaboramos, na Farsul, projeções utilizando variados modelos econométricos para o período 2016-2026, para:

- Arroz, milho, soja, trigo, leite e carne bovina;
- Consumo e produção por continente e total, inclusive do Brasil.

OS DESAFIOS ESTÃO MUDANDO

Se o desafio do século XX para a agropecuária era absorver o efervescente conhecimento gerado na Revolução Verde – o quanto colocar de adubo, o agroquímico a utilizar, a semente mais adequada para o meio ambiente, a plantadeira, o pulverizador e a colheitadeira a escolher, enfim tudo para se produzir mais –; agora, o desafio do século XXI será fazer tudo isso de forma mais eficiente do ponto de vista econômico.

As margens de produção e comercialização das *commodities* estão em tendência de queda. Nesse novo cenário já em curso, os eixos da competitividade estão deixando de ser o solo e o clima e passarão a ser **eficiência econômica e estratégia**. Aqueles que resistiram à Revolução Verde e insistiram na manutenção das técnicas de seus antepassados foram substituídos. Quem não for economicamente eficiente nem montar estratégias adequadas provavelmente também o será.

As estratégias como ferramenta

O motivo que nos levou a desenvolver um estudo dessa monta foi justamente oferecer dados que possibilitem a construção de estratégias, tanto por parte dos produtores, dentro do seu negócio, quanto como para o País como um todo, melhorando a qualidade das discussões e dos pleitos que a entidade encaminha.

Os produtores, por exemplo, costumam tomar decisões de longo prazo olhando para o cenário conjuntural do ano. Se os preços estão bons hoje, aumentam o investimento em máquinas, a demanda por terras e os preços dos arrendamentos. Mas, como esses investimentos não se viabilizam em uma única safra, os dados de longo prazo são muito mais importantes do que os de curto para esse tipo de alocação.

O Governo, por outro lado, deve posicionar seus adidos agrícolas não necessariamente nos lugares mais aprazíveis de se viver, mas onde há maior potencial de crescimento de consumo de alimentos.

Temos três caminhos. Primeiramente, devemos nortear as escolhas dos nossos acordos comerciais utilizando critérios objetivos para mapear o potencial. Depois, temos de checar se a nossa política agrícola está calibrada para os novos cenários. Por fim, devemos confirmar se a nossa infraestrutura está adequada para os atuais níveis de produção e aqueles que virão.

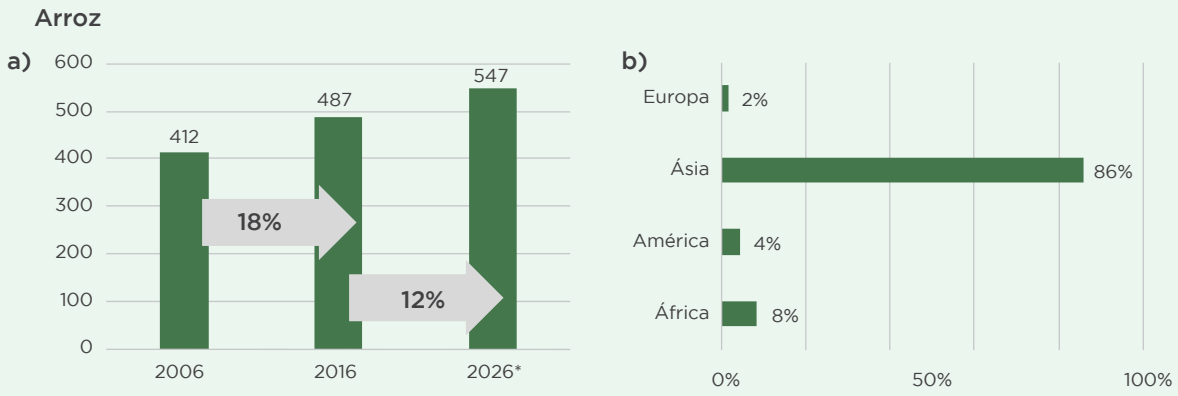
Sabendo quais deverão ser as dimensões da safra 2026, se o governo não se preparar para oferecer – por si ou passando para a iniciativa privada – uma infraestrutura adequada, não poderá alegar surpresa: terá sido uma incapacidade, mais uma derrota da sociedade brasileira.

Para a construção das projeções, utilizamos séries do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) entre 1965 e 2016, considerando tudo o mais constante. Consideramos um mundo sem rupturas ou mudanças estruturais nos mercados. Essas projeções são úteis para os produtores, mas também o são para quem vende máquinas, fertilizantes, agroquímicos, sementes e para cerealistas, cooperativas, *tradings* etc.

Projeções de consumo mundial

Arroz: deve aumentar o consumo em 60 milhões de toneladas até 2026, um crescimento de 12% em relação a 2016. Ainda que seja significativo, o consumo cresce menos do que entre 2006 e 2016, ou seja, o consumo cresce a taxas decrescentes. É importante destacar que 86% deste crescimento são no continente asiático, onde já se verifica concentração de consumo.

A) CONSUMO E PROJEÇÃO DO CONSUMO MUNDIAL DE ARROZ (MILHÕES DE TONELADAS) E B) DISTRIBUIÇÃO DO NOVO CONSUMO (%)



* Projeção
Fonte: USDA (2006-2016); Sistema Farsul (2026)

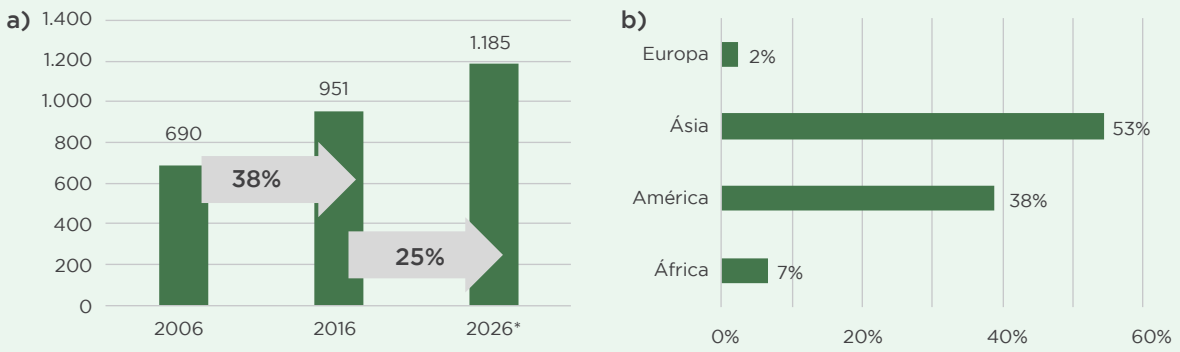


SHUTTERSTOCK

Milho: grão de múltiplas aplicações, como consumo humano, ração animal, biocombustíveis, adoçantes, polímeros, dentre outras. A projeção de crescimento do consumo é elevada para o próximo 2026, mas inferior à taxa entre 2006 e 2016. Em que pese o crescimento futuro ser grande, como é menor do que o ciclo anterior, a ideia é de aumento a taxas decrescentes.

Da quantidade acrescida ao consumo, a concentração dá-se na Ásia (54%) e nas Américas (39%). Ainda que seja maior na Ásia, a expectativa é de que, em 2026, as Américas ainda concentrarão o maior consumo, com a aproximação da Ásia. Ainda não deverá ser nos próximos dez anos que o consumo asiático ultrapassará o americano.

A) CONSUMO E PROJEÇÃO DO CONSUMO MUNDIAL DE MILHO (MILHÕES DE TONELADAS) E B) DISTRIBUIÇÃO DO NOVO CONSUMO (%)

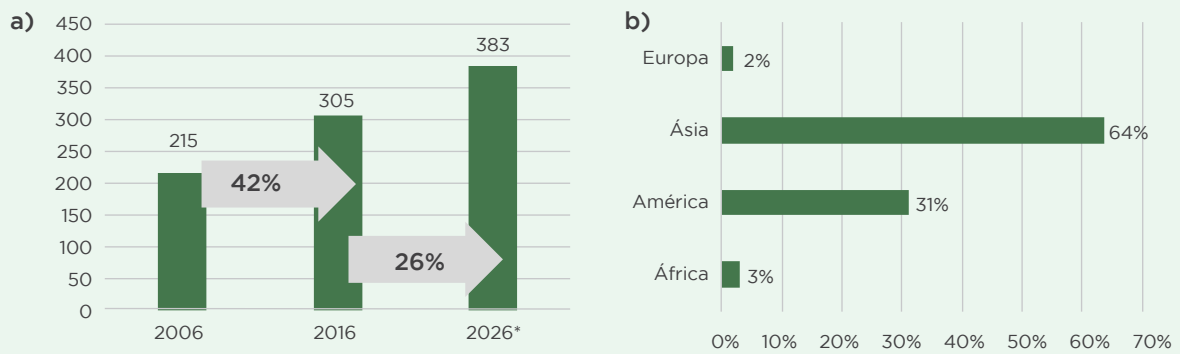


* Projeção
Fonte: USDA (2006-2016); Sistema Farsul (2026)

Soja: a principal *commodity* brasileira não fica para trás, com o crescimento sendo estimado em 26% para o ciclo 2016-2026. No entanto, ainda que tenha sido elevado, no ciclo 2006-2016 o crescimento foi de 42%, o que sugere desaceleração.

Do total que deverá expandir o consumo, quase 50 milhões de toneladas o serão na Ásia, com consumo de 167 milhões em 2026, próximo do consumo das Américas, de 178 milhões, após incrementar 24 milhões e participar com 31% do novo consumo.

A) CONSUMO E PROJEÇÃO DO CONSUMO MUNDIAL DE SOJA (MILHÕES DE TONELADAS) E B) DISTRIBUIÇÃO DO NOVO CONSUMO (%)



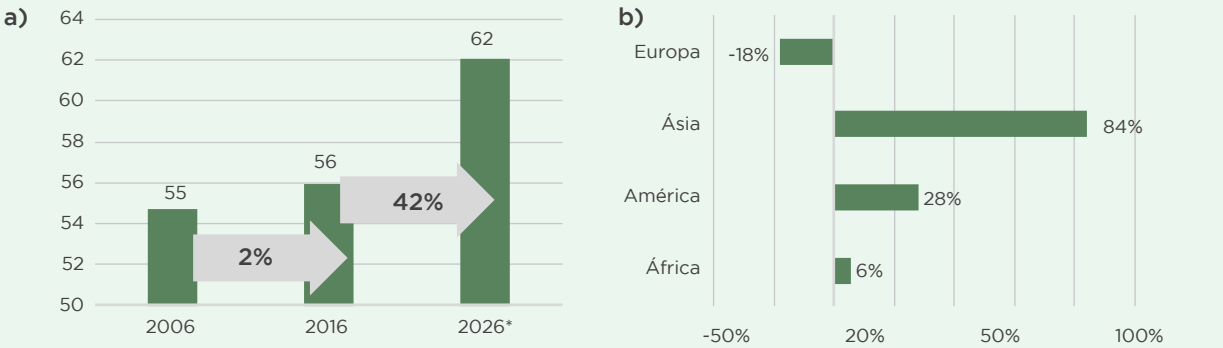
* Projeção
Fonte: USDA (2006-2016); Sistema Farsul (2026)

Carne bovina e leite

Se os grãos já chamavam a atenção por a concentração do novo consumo ocorrer na Ásia, no caso da pecuária bovina (carne e leite) os resultados são ainda mais expressivos: dos 6 milhões de toneladas do aumento potencial de consumo de carne bovina, 84% poderão ocorrer lá, enquanto, dos 92 milhões de toneladas de leite que serão incrementados no consumo mundial, 79% tendem a ocorrer naquele continente.

Além disso, a carne bovina sai de um período de letargia, já que entre 2006 e 2016 o crescimento foi de apenas 2% e que houve um salto de 42% no período 2016-2026. O *drive* dessa mudança atende pelo nome de China. Em 2010, este país praticamente não importava carne bovina, nem mesmo por Hong Kong. Em 2017, China e Hong Kong, somados, já são o maior importador do mundo, desbancando os EUA e se tornando

A) CONSUMO E PROJEÇÃO DO CONSUMO MUNDIAL DE CARNE BOVINA (MILHÕES DE TONELADAS) E B) DISTRIBUIÇÃO DO NOVO CONSUMO (%)



* Projeção
Fonte: USDA (2006-2016); Sistema Farsul (2026)



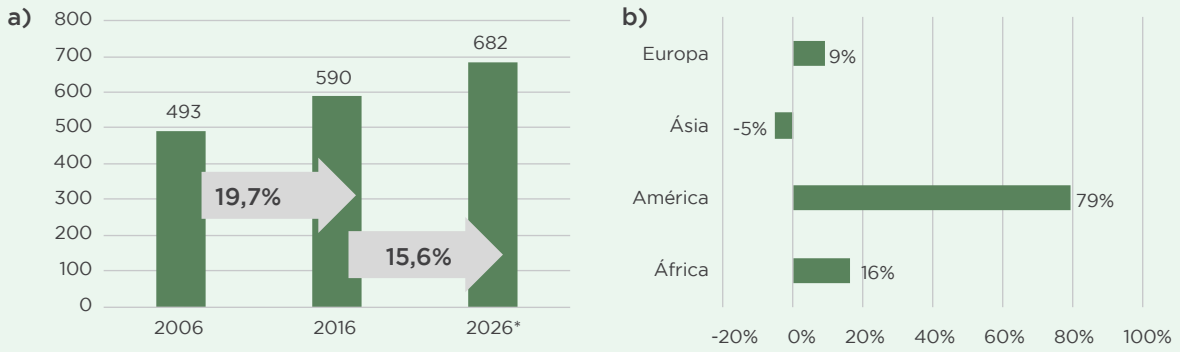
SHUTTERSTOCK

o maior importador mundial. Ou seja, não vai acontecer porque já está acontecendo.

Essa voracidade por carne bovina vem do processo de globalização da culinária e do aumento da renda na Ásia. Consumo de carne bovina e consumo de leite e seus derivados apresentam elevada elasticidade-renda. Em termos de comparação, enquanto um brasileiro consome, em média, 37,2 kg/ha/ano de carne bovina, um chinês consome 5,59 kg/ha/ano.

O consumo de leite deverá aumentar 15,6%, abaixo do da carne, mas também expressivo, sobretudo pela capacidade do leite de agregar ainda mais valor.

A) CONSUMO E PROJEÇÃO DO CONSUMO MUNDIAL DE LEITE (MILHÕES DE TONELADAS) E B) DISTRIBUIÇÃO DO NOVO CONSUMO (%)



* Projeção
Fonte: USDA (2006-2016); Sistema Farsul (2026)



Projeções para o Brasil 2026

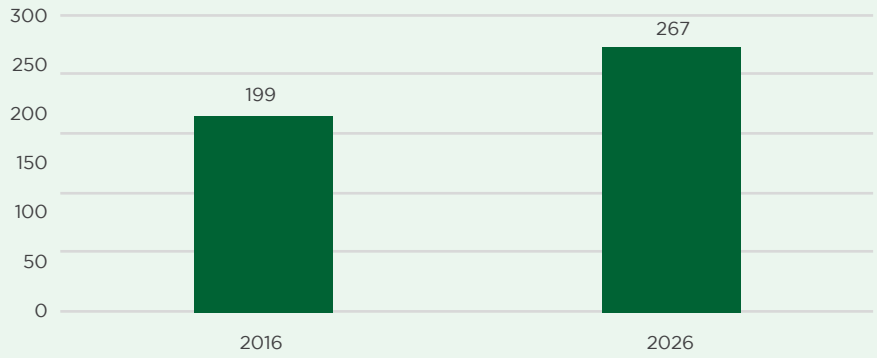
Nossa projeção é de que a safra brasileira de grãos aumente 34%, em 68,5 milhões de toneladas, considerando os principais grãos.

O maior aumento da produção deverá ser na soja, com 48%, seguida do milho, de 23%. O volume a mais, sem dúvida, é interessante, mas tão importante quanto é saber para quem vamos produzir.

Quando projetamos produção e consumo, vemos que, claramente, o Brasil irá produzir para fora. A taxa de crescimento da produção ultrapassa com folga os percentuais projetados para o consumo interno.

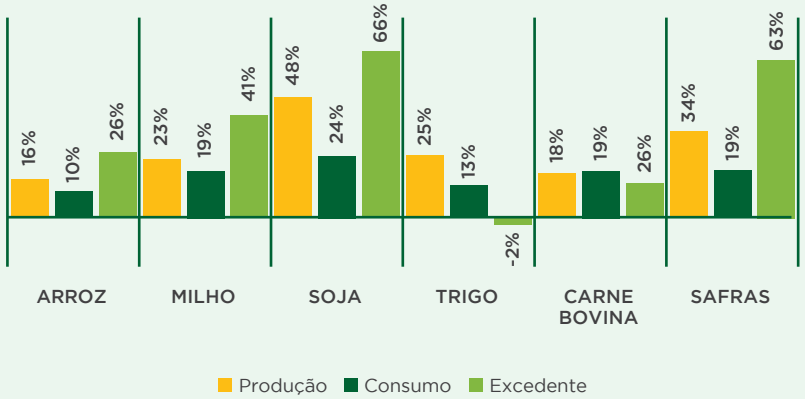
Como teremos aumento de excedente, a necessidade de exportar passa a ser maior do que é hoje. Haverá esforço para exportar, diante de uma grande demanda crescendo no mundo. Entretanto, os desafios de produzir para fora são muito diferentes daqueles quando a produção é voltada para o mercado interno. A pressão sobre o sistema logístico como um todo, ponta a ponta, é muito maior.

BRASIL: PROJEÇÃO DA SAFRA AGRÍCOLA – PRINCIPAIS GRÃOS



Fonte: Sistema Farsul

AUMENTO DA PRODUÇÃO, DO CONSUMO INTERNO E DO EXCEDENTE NO MERCADO INTERNO BRASILEIRO ENTRE 2016 E 2026 (%)



Fonte: Sistema Farsul

ESTRATÉGIAS PARA PENSAR

Arroz: ainda que o tipo brasileiro não seja comum na Ásia, não podemos esquecer que a culinária asiática se ocidentaliza em ritmo maior do que nós nos orientalizamos. Olhem para os lados: quantos restaurantes japoneses, chineses, tailandeses e indianos conhecemos? Por que não podemos pensar em vender nosso arroz para lá também?

Mesmo que não venhamos a exportar para a Ásia, se o consumo cresce lá e os principais exportadores também estão lá, é possível que estes se voltem para o abastecimento interno do continente, abrindo espaços no Oriente Médio e na África. O clima entre EUA e países centro-americanos já foi melhor, e o primeiro é o grande fornecedor da região.

Milho: em que se pese o forte crescimento do consumo em 2016-2026, ele é menor do que foi em 2006-2016, o que requer cautela dos ofertantes. Mais da metade do crescimento dá-se na Ásia, que deverá convertê-lo cada vez mais em proteína animal. Não há como prever ainda o impacto, mas, em algum momento, a Ásia adotará medidas para emitir menos poluentes, o que poderá abrir espaço ao etanol. O crescimento importante nas Américas sugere que deveremos continuar produzindo cada vez mais etanol e proteína animal no continente.

Carne e leite: estas cadeias dão grande importância para a Europa, como se vender para este continente fosse atestado de maioridade. Entretanto, novos mercados emergem, sobretudo na Ásia, enquanto o consumo destes produtos na Europa deve cair nos próximos anos. A opinião desse mercado quanto aos nossos produtos sempre é relevante, contudo é preciso conversar e ouvir como estes novos mercados querem nossos produtos, já que os preços internacionais são iguais e há nichos para todos. É hora de rever estratégias e abandonar a visão eurocêntrica.

Soja: do total do crescimento para o consumo mundial no período 2016-2026, quase dois terços devem ocorrer na Ásia. O Brasil precisa reformular seu sistema logístico, de forma a poder vender grandes volumes, em menor espaço, para o lugar mais distante no globo e, ainda, de forma competitiva.

SHUTTERSTOCK



Brasil: até 1997, o País era importador líquido de alimentos; hoje, é um grande exportador. O excedente exportável crescerá ainda mais nos próximos dez anos. As políticas agrícolas, construídas no século passado e voltadas, em boa medida, para o abastecimento e a garantia de renda de um produtor que não era globalizado, estão adequadas para esse novo cenário?

Em 2026 produziremos 68,5 milhões de toneladas de grãos a mais em relação a 2016. Tendo em vista que projetos de infraestrutura levam anos para ficarem prontos, estamos, hoje, construindo com suficiência estradas, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, terminais, centros de armazenagem e de distribuição?

Boa parte do novo consumo é em países emergentes. Temos a devida consciência de que devemos posicionar melhor nossos adidos no tabuleiro dos mercados globais? O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um acordo comercial que está calibrado para os desafios que o Brasil enfrentará?

Em 2006, não tínhamos ideia do quanto estaríamos produzindo em 2016 e como estaria o consumo mundial. Agora que temos, vamos continuar sem criar estratégias nem estabelecer um plano?

CONCLUSÕES

Os grãos deverão crescer no próximo ciclo, entretanto a taxa de crescimento de 2016-2026 é menor do que a de 2006-2016. Isso sugere cautela para a inclinação da curva de produção. Os ciclos de altas expressivas não deverão ser abundantes como no passado recente.

O mundo deve aumentar seu consumo de grãos em 451 milhões de toneladas. Se a maior parte do consumo deve crescer para a Ásia, ponto mais distante do Brasil, a logística interna deverá ser barata e rápida o suficiente para compensar a distância. Se não revolucionarmos nossa logística, a agropecuária poderá se tornar ineficiente nos próximos anos e perderemos nossas vantagens comparativas.

O continente africano não deverá ser oportunidade nos próximos dez anos nem tampouco ameaça. A Europa, por sua vez, é um continente que, por sua importância política e cultural, exerce uma grande influência, mas, em termos de consumo atual e projeção, já não justifica o foco recebido. Temos que olhar, sim, para a Europa, mas não apenas para lá, como costumamos fazer.

Os produtores, as indústrias de fertilizantes, os setores de agroquímicos, sementes, máquinas etc. devem fazer planejamentos de longo prazo; o Governo, também. ■



SHUTTERSTOCK

NOVOS VENTOS NA AGROPECUÁRIA

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



ATÉ O presente momento, há indícios de que 2017 será um ano muito promissor para o agronegócio. Há cerca de dois meses, o quadro era de muita preocupação. As turbulências no campo político, as incertezas climáticas, os riscos ao comércio global – tudo isso em decorrência das posições do presidente americano para cumprir as suas promessas de campanha – e os indicadores macroeconômicos domésticos sombreavam as perspectivas positivas.

A conjuntura política está longe de ter sido ajustada, mas os impactos das notícias negativas têm sido amortecidos por manchetes e indicadores mais positivos sobre a economia brasileira. Com a redução acentuada e constante da inflação nos últimos meses, teve início o esperado processo de queda na taxa básica de juros. Alguns indicadores setoriais e a própria confiança na economia sinalizam que chegamos ao fundo do poço, ao ponto de inflexão para marcar a retomada do crescimento da economia nacional, mesmo em bases ainda modestas.

No plano do comércio internacional, as preocupações com a nova postura comercial dos Estados Unidos de defesa do seu mercado interno estão ainda presentes, contudo as oportunidades começam a aparecer, sobretudo para o agronegócio brasileiro, na direção de ganhar espaço com a eventual retração americana. Além disso, algumas análises projetam uma emergência da China nesse novo cenário, impulsionando a participação no comércio internacional de países emergentes como o Brasil.

É digno de nota o esforço do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, no sentido de aumentar a visibilidade e promover a imagem do Brasil. Uma maior integração com regiões-chave para o comércio brasileiro, como são os casos da Ásia e do Oriente Médio, constitui um passo importante. Isso certamente pode colocar o País numa situação vantajosa em eventuais oportunidades de mercado que venham a ser criadas.

Quanto à economia real, como bem mostra o relatório do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BACEN), os prognósticos são de redução mais acentuada da taxa Selic, uma recuperação das atividades em certos segmentos industriais e varejistas e a retomada do crédito. A liberação dos recursos das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), somada ao ânimo trazido pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55 em 2016 – popularmente conhecida como PEC do Teto dos Gastos do Governo –, a perspectiva de adequação da legislação trabalhista e a reforma da previdência trazem confiança aos empresários e à população, podendo, efetivamente, contribuir para alavancar a economia.

Além disso, o presidente Michel Temer, em recente evento que ajudamos a organizar para o lançamento do Agro+ SP, mencionou que a situação atual pode permitir uma ampliação na agenda do Governo para almejar, também, a simplificação tributária. Isso representa um grande ganho para a sociedade, pois facilitará o cumprimento das obrigações fiscais pelos empresários e garantirá maior dinamismo nas atividades econômicas.

Impulsionado por todos os fatores aludidos, mas principalmente pelo quadro climático favorável, o agronegócio está pronto também, segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de janeiro último, para colher uma produção recorde de grãos nesta safra 2016/17, de 215 milhões de toneladas, o que injetará recursos e divisas com exportações na economia nacional. ■

MONITORAMENTO DE RESÍDUOS DE AGROTÓXICOS

ELOISA DUTRA CALDAS
PHD E PROFESSORA TITULAR DE TOXICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Como avaliar a evolução do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)?



ELOISA DUTRA CALDAS: Desde a sua implantação, em 2001, apesar das limitações orçamentárias, o PARA apresenta melhorias. Houve aumento no escopo de pesticidas analisados, no número de amostras e de alimentos analisados (de 9 para 25 em 2015), bem como maior abrangência das coletas de amostras. O número de alimentos analisados ainda é limitado, diante da variedade da dieta brasileira e da quantidade de amostras analisadas.

Os resultados do PARA podem ser comparados aos de programas similares de outros países?

EDC: O número de amostras analisadas e alimentos incluídos ainda é pequeno para a dimensão do País. Porém, em relação aos resultados, as estatísticas são comparáveis com aquelas encontradas nos EUA e na Europa, seja com relação ao percentual de amostras positivas (presença de algum resíduo), seja com relação ao de amostras irregulares (acima do Limite Máximo de Resíduo – LMR – ou uso não registrado para a cultura). Como em outros países, no Brasil a maior parte das irregularidades relaciona-se ao uso de produtos não registrados para a cultura.

Há lacunas nas linhas de pesquisa desenvolvidas sobre resíduos em alimentos no Brasil?

EDC: Na área de resíduos em alimentos, a principal área de pesquisa é o desenvolvimento de métodos de análise, principalmente de multirresíduos, com vários compostos ao mesmo tempo. Alguns pesticidas precisam de métodos específicos, como o glifosato, por exemplo. Poucos laboratórios dedicam-se a essa área, devido ao alto custo da análise. Outra deficiência ocorre com a avaliação de risco na dieta, em que somente o Laboratório de Toxicologia da UnB trabalha de maneira sistemática.

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reflete o consumo de alimentos da população para fins de avaliação do risco?

EDC: Para indivíduos a partir de dez anos, sim. Porém, como a pesquisa não é feita em crianças abaixo desta faixa etária, a avaliação de risco fica mais crítica e limitada no País.

A respeito da recente legislação sobre *minor crops*, já é possível observar uma redução das inconformidades?

EDC: Os últimos resultados do PARA ainda mostram um grande número de amostras com resíduos de pesticidas não registrados para a cultura. É provável que o impacto dessa legislação seja sentido daqui dois a três anos. É importante um trabalho de informação constante para os pequenos agricultores beneficiarem-se das novas inclusões e inserirem-se na legalidade.

Na avaliação do risco dietético, as metodologias e os parâmetros utilizados no País são comparáveis com as referências internacionais aceitas?

EDC: Nos resultados da avaliação de risco crônico, a Anvisa utiliza o LMR como parâmetro de

concentração de resíduos. Este método é conservador e superestima a exposição dos indivíduos, pois assume que os pesticidas usados nos alimentos tenham registro de uso, sem considerar se são processados e com resíduos no nível do LMR. Os resultados dos programas de monitoramento mostram que o método em questão não é real.

Na maioria dos países, a avaliação de risco crônico no processo de registro é feita com a utilização do valor mediano dos resíduos encontrados nos estudos de campo (na sigla em inglês, STMR – *supervised trial median residue*). Isso reflete mais adequadamente os níveis encontrados nos alimentos numa exposição crônica. Esta é, também, a estratégia usada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), por meio do comitê de *experts* em resíduos de pesticidas (JMPR), para subsidiar as decisões do Codex Alimentarius no estabelecimento de LMR no âmbito internacional.

Qual é o impacto para a saúde quando se excede a Ingestão Diária Aceitável (IDA)?

EDC: A conclusão da avaliação de risco sempre dependerá das limitações dos dados, do método utilizado para estimar a exposição e do nível de conservadorismo e refinamento. Mesmo a IDA tem incertezas. Por isso, uma avaliação de risco consistente levará a decisões de manejo mais adequadas para garantir a proteção da saúde do consumidor e a disponibilidade de alimentos.

Qual é a maior dificuldade na comunicação dos resultados do Programa [PARA] para a sociedade?

EDC: A Anvisa apenas reportava o percentual de resíduos encontrados, os alimentos e as irregularidades. Não comunicava o que isso significava para a saúde do consumidor. Assim, setores da sociedade apropriavam-se desses resultados e, sem base científica, inferiam conclusões.

Em 2016, a Anvisa incluiu os resultados da avaliação de risco na comunicação dos dados do PARA. Foi um passo importante, mas houve resistência dos setores que antes cumpriam de forma inadequada a função de "comunicar os riscos". É necessário que a Anvisa cumpra seu papel, com transparência dos dados e dos métodos utilizados. Desta maneira a sociedade terá mais confiança.

Os estudos realizados no Laboratório de Toxicologia demonstram que a presença de resíduos de pesticidas num alimento, mesmo se acima do LMR ou em um alimento para o qual não existe registro, não significa necessariamente risco para a saúde. Ninguém deve deixar de comer um bom prato de salada, mesmo se os ingredientes desta salada tenham sido tratados com pesticidas no campo. O baixo consumo de frutas e vegetais tem sido relacionado a vários tipos de câncer, e os benefícios do consumo destes alimentos é muito maior do que os potenciais riscos relacionados à presença de resíduos de pesticidas. ■

DIÁRIO DE BORDO

DIVERSIFICAR AS EXPORTAÇÕES

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

OS DADOS de comércio internacional brasileiro de 2015 mostraram que o Brasil foi o maior exportador mundial de açúcar (para 80 países), café verde (para 90 países), suco de laranja (76 países), soja em grão (41 países), carne de frango (135) e celulose (59). Também fomos o segundo maior exportador de carne bovina (para 87 países), milho (73), farelo de soja (67) e óleo de soja (23). Fomos, ainda, o terceiro colocado em algodão (para 37 países) e o quarto em carne suína (para 62 países). Além disso, fomos os maiores exportadores de tabaco e estamos crescendo devagar em frutas e flores. Todos estes números são de conhecimento mais ou menos geral e enchem de orgulho o produtor rural brasileiro e suas entidades de representação.

Mas, em recente pronunciamento na comemoração dos dez anos do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp), o ministro Blairo Maggi, grande conhecedor do assunto, deu outras informações, que quase ninguém conhecia e que são bastante preocupantes.



Por exemplo: em 2016, apenas doze produtos agrícolas responderam por 88,3% do total das exportações do setor, que foram de US$ 71,5 bilhões. Ainda mais: só três produtos (soja em grão, açúcar e carne de frango) tiveram exportação no valor de US$ 37 bilhões, ou mais de 50% do total!

Isso mostra uma grande concentração, que não é boa. É claro que demonstra a enorme competitividade desses produtos, mas, por outro lado, a dependência deles não deixa de ser instigante. Precisamos, isto sim, diversificar as exportações. Mas, outras revelações do ministro preocupam um pouco mais. Por exemplo: em 2015, nosso País foi competitivo em 42% dos produtos agrícolas comercializados no mundo todo. Já a União Europeia e os Estados Unidos foram competitivos em 81% nesses produtos. Pior: não fomos competitivos em 51%, enquanto a UE e os EUA só não competiram em 19% do total dos produtos comercializados. Para completar, em 7% dos produtos agrícolas que são objeto de comércio global, sequer aparecemos.

De novo, estamos dependendo de poucos produtos. E não conseguimos avanços em produtos nos quais temos grande potencial, como pescados, frutas, nozes e castanhas, bebidas, farinhas, oleaginosas (exceto soja), lácteos, legumes e raízes.

Para completar essa série de inquietações, um último dado: em 2015, como já sabemos, nossas exportações totais do agro foram de US$ 71,5 bilhões, e só importamos US$ 10,0 bilhões. Sem dúvida, nosso setor salvou a balança comercial nacional, uma vez que os demais setores não tiveram saldos bons, mas isso não é sustentável no longo prazo. No mesmo ano, a UE exportou US$ 148 bilhões e importou US$ 166 bilhões (deficitária) e os Estados Unidos exportaram US$ 147 bilhões e importaram US$ 145 bilhões.

Temos que importar mais, além de ganhar competitividade em setores nos quais não avançamos.

A boa notícia é que o MAPA, trabalhando em estreita cooperação com o Itamaraty e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), já sabe disso. Vamos avaliar, junto com o Governo, quais são as causas de tantas questões: o Custo Brasil (impostos, juros, logística) ou a falta de tecnologia, ou crédito insuficiente, pouca promoção comercial? Ou será que é um pouco de cada um desses itens? O certo é que precisamos diversificar as exportações para reduzir a dependência de um número diminuto de produtos.

Vamos fazer isso! ■

PRODUZIR

AGRO BRASILEIRO PARA GANHAR O MUNDO

MARCELO VIEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A AGRICULTURA brasileira é, na maioria de seus produtos, uma atividade relativamente recente. Até os anos 60 do século passado, havia basicamente uma agricultura de subsistência no interior, com poucos produtos destinados ao mercado externo, como o açúcar – um dos nossos primeiros itens de exportação – e o café – em que o Brasil é o principal supridor do mercado mundial há dois séculos.

Além desses nichos, até os anos 70 do mesmo século, não havia tecnologia desenvolvida para produzir os principais elementos da cadeia mundial nos trópicos. A Revolução Verde trouxe novas tecnologias, que levaram agricultores de regiões tradicionais, principalmente do Sul, para as áreas mais tropicais, onde aprenderam a trabalhar num bioma inédito para a produção de grãos e oleaginosas: o Cerrado.

Essas regiões foram abertas a partir de uma política de ocupação do território, iniciada pelo Marechal Rondon em sua Marcha para o Oeste, estratégica para trazer colonos de outras regiões e atrair investidores dedicados ao valor imobiliário da terra, sem foco na produção. Isso levou à abertura da maioria dessas áreas à pecuária extensiva e de alguns polos de produção de alimentos nas melhores terras.

Tudo isso gerou, porém, uma visão hoje defasada no meio urbano de que nossa agropecuária é ultrapassada e ambientalmente incorreta. O agronegócio atual é dinâmico, resultado da boa gestão e da intensificação da produção com busca de alta eficiência nas operações, elementos que tornaram o Brasil o maior exportador líquido de alimentos e um importante supridor do mercado mundial.

O bom produtor garantirá acesso aos melhores mercados sendo ambiental e socialmente responsável. Nosso Código Florestal é uma das legislações ambientais mais completas do mundo, fruto de amplo debate na sociedade, tendo envolvido diversos setores, incluindo produtores rurais e ambientalistas. A legislação trabalhista no campo é abrangente e uma das mais socialmente responsáveis do Planeta. O agronegócio brasileiro emprega 19 milhões de pessoas – 20% da mão de obra do País – entre o campo e empresas ligadas ao agronegócio.

Apesar do histórico de desmatamento no passado, temos a maior área preservada entre os grandes produtores de alimentos, 61% do território. Parte disso compõe-se de Unidades de Conservação (UCs) – 113 milhões de hectares (13% do País) –, parte em Terras Indígenas (TIs) – 112 milhões de hectares (13%) – e parcela em propriedades rurais – que mantêm 97 milhões de hectares (11%) entre Reserva Legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APPs) e vegetação nativa. Essa área preservada em fazendas é superior à usada para a agricultura (cerca de 70 milhões de hectares). A área total ocupada pela agropecuária é de 250 milhões de hectares, com predominância de pastagens.

O agronegócio é a peça-chave para o desenvolvimento no País de uma economia de baixo carbono. Nas Conferências do Clima, o Brasil comprometeu-se a restaurar 12 milhões de hectares de florestas, recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e disseminar 5 milhões de hectares de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), além de ampliar o uso de bioenergia para 18% da matriz energética do País.

Precisamos mostrar essa realidade aos consumidores brasileiros e à comunidade internacional, para que tenhamos crescente acesso ao mercado mundial, gerando renda ao País, levando segurança alimentar ao Planeta e obtendo uma valorização adequada da nossa produção. ■



OPINIÃO

FACILITAR A VIDA DO PRODUTOR

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O PROGRAMA de Modernização e Desburocratização da Agricultura – Agrofácil São Paulo consiste em várias ações desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e faz isso sempre sob a ótica de um Estado regulador e estimulador, substituindo uma visão patrimonialista e inibidora. Apresentamos a iniciativa no último dia 20 de fevereiro, junto ao lançamento do Plano Agro+, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O governador Geraldo Alckmin pediu à nossa equipe da SAA, desde o início da nossa gestão, que fizesse uma identificação de procedimentos e normas que pudessem facilitar a vida do produtor.

O Programa federal está sintonizado com essas medidas já adotadas no estado, como o site de compras públicas. É uma ferramenta simples, mas eficaz, que possibilita o monitoramento, em tempo real, dos editais de compras públicas. Essa iniciativa facilita o acesso dos produtores ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



Outro bom exemplo é o decreto que insere o subprograma PPAIS Leite e Derivados no Decreto nº 57.755/12, que criou o PPAIS. O objetivo é fomentar a compra pelas Unidades Gestoras Executoras (UGEs) e promover a interface com programas de desenvolvimento da agricultura familiar.

Com o Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes (DSMM), a SAA comercializa *online* os produtos com valores até 80% menores. No caso das sementes, agora há a possibilidade de compra via correio, com pagamento via cartão de crédito, substituindo as compras em dinheiro que ainda eram feitas.

Houve mais dinamização, também, com a mudança na legislação para o controle do cancro cítrico a partir da Instrução Normativa nº 37, publicada pelo MAPA em 2016 e que estabelece novas medidas permitindo adotar novas estratégias que não sejam exclusivamente a erradicação da planta e, assim, dá mais condições de trabalho ao agricultor.

Com o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), realizamos mutirões em várias regiões paulistas para facilitar o acesso às linhas de financiamento. Já são 27.846 contratos firmados desde 1994, somando mais de R$ 645 milhões. Somente no mês de janeiro deste ano, foram 38 contratos celebrados, totalizando mais de R$ 4,7 milhões em investimentos do governo paulista.

Pelo sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (Gedave), as Permissões de Trânsito Vegetal (PTVs) podem ser feitas *online* (sendo, então, chamadas ePTVs), eliminando a necessidade de deslocamento do produtor. A adesão à emissão *online* de Guias de Trânsito Animal (GTAs) é crescente: 68% em apenas três anos, saindo de 530.219, em 2014, e chegando a 892.142, em 2016. Já são 67.281 guias emitidas em 2017. Abrimos, também, a possibilidade de emissão de GTAs para o pescado.

Nas PTVs, o aumento foi de 30% em apenas um ano, saindo de 89.948, em 2015, e saltando para 117.650, em 2016. Neste ano, já foram emitidas 9.527 PTVs. Somente nos últimos dois anos, evitou-se, com o sistema, a emissão em papel de 2 milhões de guias.

Com o Agrofácil, o produtor rural paulista participa da imensa responsabilidade de levar à mesa do mundo alimento em suficiente quantidade e com qualidade que facilitará sua vida. ■

REFLEXÃO

ESSE FILME JÁ PASSOU

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Infernos antigos sempre voltam piores.

Autor desconhecido

2017 COMEÇOU recheado de sentimentos misturados, com eventos complexos na arena internacional. Na sequência do Brexit, o fenômeno Donald Trump, nos Estados Unidos, deverá ser fator de desequilíbrio nos próximos anos.

Desde o final da 2ª Guerra Mundial, os EUA são o guardião da defesa da democracia e do discurso a favor do livre-comércio global. O ex-presidente Obama acentuou isso quando aprovou o mais importante acordo ambiental do Planeta, na COP-21, em dezembro de 2015, em Paris. Da mesma forma, destacou-se ao posicionar-se pela vigilância dos movimentos da Rússia, dos problemas do Oriente Médio e da crise humanitária dos imigrantes da Síria.

A vitória de Trump coloca tudo *sub judice*. As suas primeiras medidas mostram coerência com as promessas da campanha presidencial. O significado disso ainda é difícil de analisar, mas há uma sensação de insegurança e torpor na maioria dos países, inclusive antigos parceiros dos EUA. O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e o Acordo Transpacífico (TPP) terão reveses. Sem os EUA, tudo é passado!

Nesse comportamento "*America first*", os EUA embarcarão em atitudes protecionistas inimagináveis. Como atores, o México, a China e a União Europeia sofrerão os impactos dessa nova realidade. Haverá enormes dificuldades de apoio a medidas de suporte às imigrações, ao comércio internacional e às ações ambientais globais e locais. O peso dos EUA nestes campos é vital! E como ficará o Brasil?

Atordoado com o ano maluco de 2016, o dia a dia da operação Lava-Jato e o rombo econômico-financeiro deixado pelo governo Dilma e pelos governos estaduais, o Brasil aprova o controle dos gastos, sai em busca da aprovação de uma nova previdência social e trabalha na grande mudança das suas relações internacionais, após anos perdidos!

No auge do processo de reforma na atuação do Itamaraty, diante da trombada Trump, o Brasil avalia ameaças e oportunidades. O que esse mundo em choque ofereceria ao Brasil? Quais são as ações fundamentais para pavimentar o futuro, em especial do agronegócio?

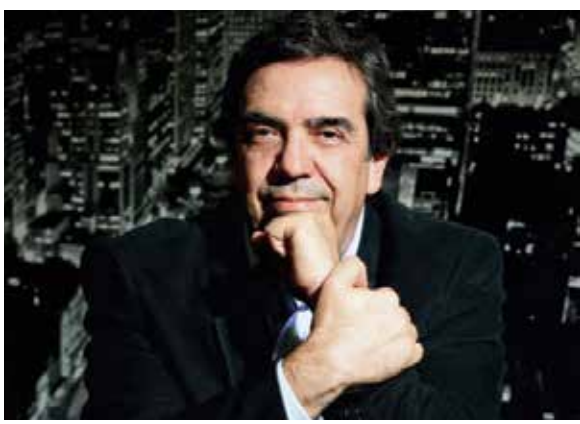
Mesmo com algumas ameaças, muitas são as oportunidades para o Brasil: o enfraquecimento do NAFTA e do TPP dará chance para que recuperemos o tempo perdido pelo governo petista. Poderemos abrir acordos bilaterais com os EUA, o México, a China, a União Europeia e outros. São mercados extraordinários. O agro pode expandir exportações, com impactos favoráveis ao País.

Seja em grãos, carnes e açúcar ou etanol, fibras e vários outros produtos, o potencial representado pelas revoluções agrícolas feitas pelo Brasil é exponencial.

Algumas medidas essenciais acompanham esses movimentos. A logística e a infraestrutura são fundamentais nessa estratégia de expansão de oferta de produtos do agronegócio. As medidas voltadas a aumentar a oferta de etanol são prioritárias para reduzir a pressão de importação de gasolina, que compete com as exportações nos portos.

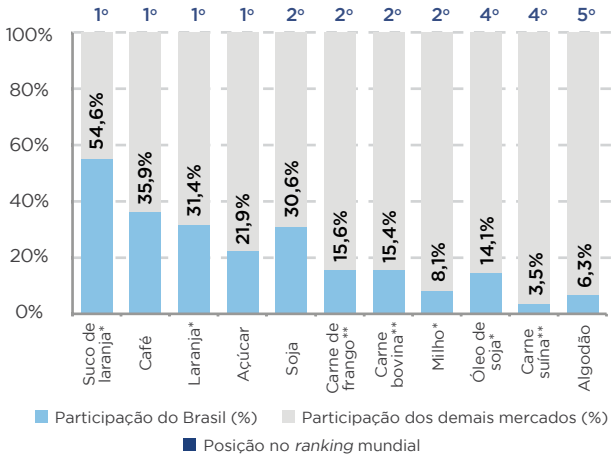
O quadro, complexo, desenha pouco a pouco as eleições majoritárias de 2018, para a qual essa passagem é tão relevante aos brasileiros.

A lógica de Trump faz lembrar tudo de errado que o Brasil já fez. É um filme conhecido e não tem um final feliz. A plateia, no início, excita-se, mas termina em desânimo, com frustração macroeconômica e relativa à qualidade de vida da população. ■



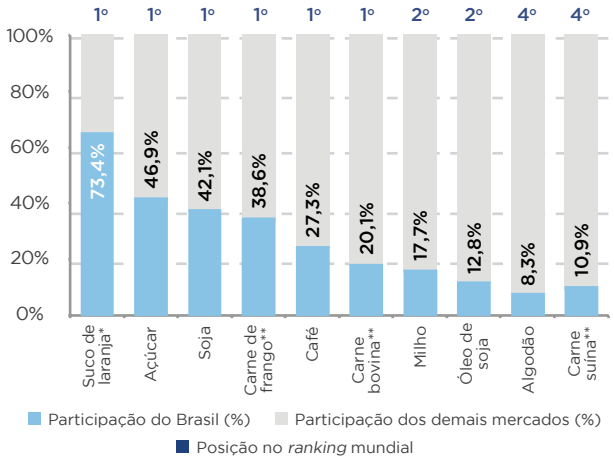
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



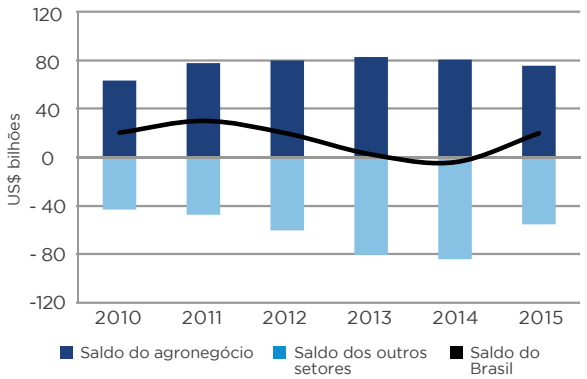
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



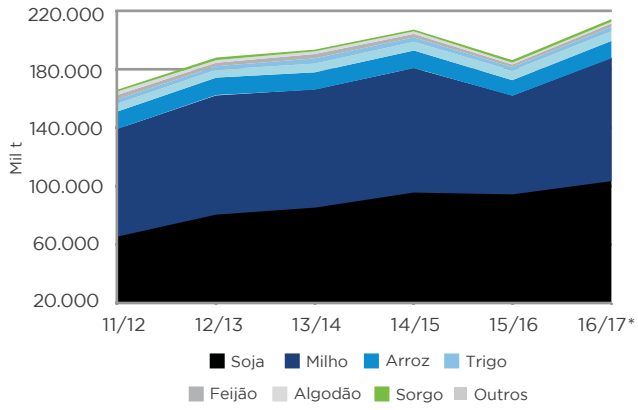
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



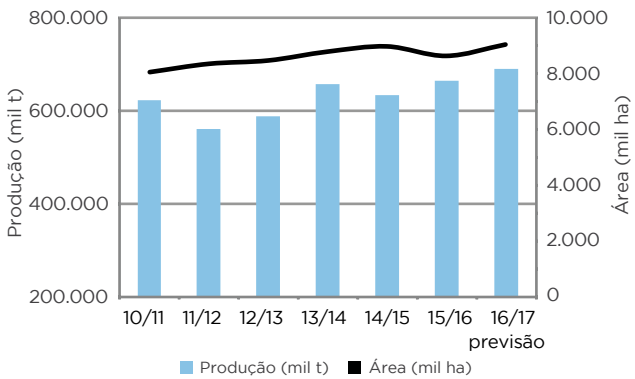
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



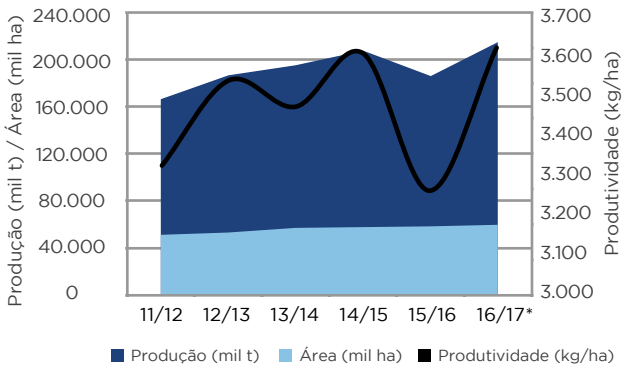
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Previsão
Fonte: Conab